

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO



MILAGRES ECONÔMICOS  
UMA COMPARAÇÃO ENTRE JAPÃO E CHINA

**Orientador: Eliane Gottlieb**

**Coordenador de Monografia: Márcio Garcia**

**Aluno: Julia Villas Boas Lemos**

**Nº Matrícula: 0812469**

Nº Matrícula: 0812469  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

MILAGRES ECONÔMICOS  
UMA COMPARAÇÃO ENTRE JAPÃO E CHINA

---

---

Julia Villas Boas Lemos

Nº. de Matrícula: 0812469

Orientador: Eliane Gottlieb

Junho 2012

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer

a minha mãe, Luciana Villas Bôas, pela força e pela confiança,

ao Carlos Alexandre Oliveira por ter me incentivado ao mundo dos estudos,

ao João Fernando Villas Bôas pelo apoio em todos os momentos que precisei,

às minhas amigas Bruna Alvarenga e Mariana Lemos por terem feito essa experiência muito mais divertida,

ao meu namorado Guilherme de Freitas pelo companheirismo e paciência,

e a toda a equipe de professores da Puc-Rio por terem me apresentado esse mundo tão fascinante.

## Índice

<b>Gráficos</b> .....	6
<b>Introdução</b> .....	7
<b>I. A história do Milagre Econômico Japonês</b> .....	10
I.1. Participação japonesa na Segunda Guerra Mundial.....	11
I.2. Período pós-guerra 1945-1952 .....	13
I.3. Milagre Econômico Japonês: 1952-1973.....	20
I.4. O fim do Milagre Econômico Japonês.....	28
<b>II. A história do Milagre Econômico Chinês</b> .....	32
II.1. O governo de Mao Tsé-Tung .....	32
II.2. O Milagre Econômico Chinês – 1978 até os dias de hoje. ....	36
<b>III. Semelhanças e diferenças</b> .....	52
III.1. Comparação entre os casos .....	52
III.2. Os próximos passos da China .....	60
<b>Conclusão</b> .....	64
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	65

## Gráficos

Gráfico 1: Produção agrícola no Japão entre 1939 e 1950 (exceto produção de frutas)

Gráfico 2: Índice de Preços ao Consumidor por cinco grandes grupos (Base pré-guerra) para Ku-área de Tóquio

Gráfico 3: Quantidade do Carvão produzido no período de 1939 a 1972

Gráfico 4: Produção Interna Bruta do Japão de 1955 a 1972

Gráfico 5: Variação da Produção Interna Bruta no Japão de 1955 a 1972

Gráfico 6: Exportação japonesa no período de Milagre Econômico

Gráfico 7: Dependência das corporações dos empréstimos como fonte de capital

Gráfico 8: Representatividade da poupança no rendimento disponível em 1976

Gráfico 9: Variação do PIB do Japão de 1970 a 1990 (%)

Gráfico 10: PIB da China entre 1960 e 1976 em bilhões de dólares correntes

Gráfico 11: Inflação chinesa entre 1987 e 2010

Gráfico 12: Exportações da China (em US\$ correntes)

Gráfico 13: Importações (em US\$ correntes)

Gráfico 14: Índice da taxa de câmbio real efetiva (2005 = 100)

Gráfico 15: Total da dívida pública chinesa (% do PIB)

Gráfico 16: Emprego nos três principais setores da economia (% do emprego total)

Gráfico 17: População Chinesa de 1978 a 2010

Gráfico 18: Poupança Bruta Chinesa (% do PIB)

Gráfico 19: Produção de Eletricidade na China a partir do carvão (% do total)

Gráfico 20: População total da China e do Japão

Gráfico 21: PIB per capita do Japão (em dólares constantes)

Gráfico 22: PIB per capita do China (em dólares constantes)

Gráfico 23: Dívida Pública (% do PIB)

## Introdução

No ranking das maiores economias do mundo encontramos atualmente os Estados Unidos, como potência mundial, em primeiro lugar com um produto interno bruto (PIB) de US\$ 14,6 trilhões, China em segundo lugar com um PIB de US\$ 5,9 trilhões e Japão em terceiro lugar com um PIB de US\$ 5,5 trilhões, segundo dados de 2010 do Banco Mundial. No entanto, a estrutura mundial nem sempre foi assim.<sup>1</sup>

Há somente três anos, em 2008, a liderança se mantinha com os Estados Unidos com um PIB de US\$ 14,3 trilhões. No entanto, o segundo e terceiro lugar eram diferentes, com o Japão ocupando a segunda posição com US\$ 4,9 trilhões de PIB e a terceira posição era da China com US\$ 4,5 trilhões de PIB. Da mesma forma, se analisássemos essa estrutura em 1914 quando começou a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra era a maior potência mundial, sendo somente a partir do fim da primeira grande guerra que os Estados Unidos tornaram-se a maior economia do mundo.<sup>2</sup>

Contudo, apesar da economia norte-americana estar nessa posição há mais de oito décadas, não quer dizer que sua hegemonia nunca fora ameaçada. Na década de 80, a mídia anunciava que a economia japonesa iria alcançar e ultrapassar a economia norte-americana, tornando-se a nova potência mundial.

O país, que no final da segunda guerra estava devastado, conseguiu reestruturar-se e durante vinte anos apresentou expressivas taxas de crescimento econômico. Nos anos de 1953 a 1973 apresentou um crescimento do PIB de aproximadamente 10% ao ano, ganhando assim o título de segunda maior economia do mundo.

Mesmo após o primeiro choque do petróleo em 1973 e a economia japonesa não apresentar mais tais níveis de crescimento, esta ainda crescia mais que outros países industrializados. Seus produtos entravam fortemente nos principais mercados mundiais devido à sua alta competitividade e, durante mais de duas décadas, a economia japonesa esteve no foco da atenção mundial.

A partir de 1990, ocorreram dois fatores que fizeram a economia japonesa perder força: a queda do muro de Berlim, tornando desnecessário o investimento americano na rivalidade com o mundo comunista, e o estouro de uma bolha especulativa, derrubando a bolsa do Japão e seu mercado imobiliário.

A evidência da perda de vigor da economia japonesa é comentada pelo professor de Harvard, Benjamin Friedman (1998):

---

<sup>1</sup> Dados do Banco Mundial

<sup>2</sup> Idem

*“Not so many years ago, my Harvard colleague Ezra Vogel wrote a best-selling book with the arresting title *Japan as Number One*. The notion accurately captured the popular view of Japan at the time, and it also reflected the considered opinion of a sizable fraction of the knowledgeable scholarly community, as the western world fretted over its ability to compete successfully against the myriad advantages (as they then seemed) that the Japanese economy enjoyed. Today, Professor Vogel’s sequel might be called something like *Japan as Number Twenty-Seven – or maybe some even larger number*” (OECD<sup>3</sup> apud Torres Filho, 2000, 3)<sup>4</sup>*

Enquanto a economia japonesa está no foco mundial, com altos níveis de crescimento, produtos competitivos, considerada uma ameaça aos Estados Unidos, outro país está ganhando força. A China apresenta taxas de crescimento em torno de dois dígitos desde 1978, quando Deng Xiaoping assumiu o poder, abrindo as fronteiras do país para o mundo e criando o que hoje em dia é chamado de Comunismo de Mercado.

Deng Xiaoping, em seu governo, adotou uma política de modernização dos setores agrícola, industrial, científico e tecnológico e promoveu a entrada da China no comércio mundial.

À medida que o Japão foi perdendo fôlego, a China cresceu e o que fora afirmado sobre o Japão, hoje da mesma forma, é afirmado sobre a China. Atualmente o “Dragão” ameaça a liderança norte-americana no ranking mundial, ficando isso ainda mais evidente depois da crise de 2008 em que a economia chinesa quase não foi afetada, enquanto que a americana até hoje não se recuperou.

O objetivo dessa monografia é primeiramente, analisar as causas do crescimento econômico japonês, explicitando quais fatores viabilizaram o rápido crescimento dessa economia por 20 anos.

Num segundo momento, serão analisadas as bases do crescimento da economia chinesa, explicitando quais foram as medidas adotadas pelas quatro gerações desde a entrada do Partido Comunista no poder com Mao Zedong.

---

<sup>3</sup> OECD, 1998, p. 45.

<sup>4</sup> Não faz muitos anos, meu amigo de Harvard Ezra Vogel escreveu um *best-seller* com um interessante título, Japão como o Número Um. A noção do título captura fielmente a visão popular do Japão na época e também reflete a opinião de uma fração considerável da comunidade acadêmica, diante do fato de o mundo ocidental se preocupar com sua habilidade de competir com sucesso contra a enormidade de vantagens (como então parecia) que a economia japonesa desfrutava. Hoje, a continuação do livro do professor Vogel poderia ser chamada de algo como Japão como o Número Vinte e Sete – ou talvez um número ainda maior.

A partir dessas análises, será realizada uma comparação entre as políticas adotadas pelos governos para promover o crescimento e ascensão no mercado mundial, apontando as semelhanças e diferenças entre elas.

Após essa breve análise, iremos apontar qual é a opinião dos especialistas sobre o futuro do Milagre da Economia Chinesa e se este está perto de seu fim, como ocorreu com o Milagre Japonês.

## I. A HISTÓRIA DO MILAGRE ECONÔMICO JAPONÊS

O período pós Segunda Guerra Mundial foi um período de extrema importância na história do Japão. Um país que quando entrou na guerra tinha uma economia essencialmente rural e era extremamente fechado para qualquer relação internacional, em menos de 40 anos torna-se uma referência nas indústrias de tecnologia, membro de todos os órgãos internacionais e, além disso, apresentando-se como uma ameaça à liderança mundial norte-americana.

Uehara (2003) comenta a nova posição japonesa no período pós-guerra com a seguinte passagem:

*“No período pós-guerra, o Japão foi um país que se destacou por seu desempenho econômico. Partindo de um país derrotado e economicamente frágil, chegou a ser projetado como um modelo de desenvolvimento e administração a ser seguido pelos países ocidentais. Adicionando-se ao sucesso econômico, os avanços na área da ciência e tecnologia, a partir do final dos anos 1980, ajudaram a estimular opiniões sobre a necessidade de uma ampliação de sua participação política internacional, considerada não condizente com seu status econômico.”*

*“[...] Nessa perspectiva, com um cenário em que a importância das questões econômicas se sobreporia às demais áreas, projetava-se um Japão que era um candidato a uma nova posição de liderança internacional, inclusive com especulações sobre uma possibilidade de substituir os EUA. No final da década de 1980 e início dos anos 1990, esse tipo de cenário baseava-se em uma percepção corrente de redução do poder econômico norte-americano e um fortalecimento crescente da economia japonesa. O próprio governo do Japão projetava que a economia do país superaria à americana. De acordo com suas estimativas, o PIB japonês superaria o dos EUA por volta do ano 2000, época em que alcançaria também o topo da pirâmide financeira e tecnológica, ampliando grandemente seu poder de mercado.” (Uehara, 2003).*

Portanto, o objetivo deste capítulo é entender quais fatores motivaram a mudança de estrutura econômica do Japão e quais medidas basearam a mudança de postura política. O capítulo irá focar somente no período de Milagre Econômico japonês que dura de 1952 a 1973 e alguns pontos que antecederam esse momento e, principalmente, o viabilizaram como o período da Segunda Guerra Mundial e o período da Ocupação.

O capítulo será dividido em quatro seções. Na primeira seção será abordada brevemente a participação do Japão na Segunda Guerra Mundial. Esta parte tem como objetivo apontar as razões das dificuldades encontradas pelo país no pós-guerra.

Na segunda seção, será estudado o período do pós Segunda Guerra Mundial em que o país foi governado por MacArthur, comandante Supremo das Forças Aliadas, e comandante absoluto do Japão no pós-guerra. O escopo desta subdivisão do capítulo aborda as principais reformas do período, as dificuldades econômicas encontradas e as medidas adotadas para suas respectivas resoluções.

Na terceira seção estudaremos o período do Milagre Econômico Japonês de 1953 a 1973, período em que o país apresentou taxas de crescimento de aproximadamente 10%.

Na quarta e última seção serão apresentados os motivos que levaram ao fim do período de rápido crescimento.

### **I.1. Participação japonesa na Segunda Guerra Mundial**

A participação do Japão na Segunda Guerra Mundial começa a partir de 1941 quando o país faz uma aliança com a Alemanha e a Itália e entra no bloco denominado “Eixo”.

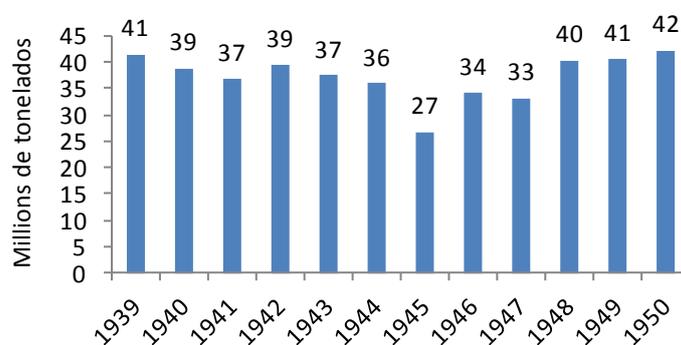
Nesse período, o país estava passando por uma situação econômica complicada, já que os Estados Unidos haviam decretado um embargo sobre a gasolina e produtos semelhantes, numa medida contra o expansionismo japonês na Ásia. Segundo Nakamura (1985), a única alternativa honrosa era a guerra.

Inicialmente, a vantagem competitiva japonesa era seu poderio naval. No entanto, em 1943, essa capacidade já estava bastante enfraquecida e bloqueada pelos Aliados.

Durante o período da guerra, não foi só a capacidade naval que foi abalada. A produção de aço começou a cair e também a produção de produtos alimentares, têxteis, a agricultura, entre outros.

No caso da produção agrícola, entre 1939 e 1945, período da guerra, houve uma queda de 34,15% conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Produção agrícola no Japão entre 1939 e 1950 (exceto produção de frutas)



Fonte: *Historical Statistics of Japan*

O governo japonês deparou-se com uma situação insustentável em que não havia alimentos necessários para a subsistência da população. Portanto, o que antes já estava bastante abalado, após o bombardeio das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, só tendeu a piorar e o país, em 15 de agosto de 1945, depôs suas armas. Nesse dia, o imperador anunciou que o Japão se rendia aos Aliados, união feita entre Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética.

Nakamura (1985) faz uma contabilização dos efeitos da guerra no Japão na seguinte passagem:

*“A guerra em si custou ao Japão cerca de 3 milhões de vidas e a perda total de dez anos de fundo<sup>5</sup>s acumulados até 1945, que levaram mais cinco anos a restabelecer. No entanto, o ênfase dados às indústrias pesada e química, durante a guerra, e o desinteresse pela indústria leveira, levou a um aumento de capacidade da indústria pesada e química, o que decidiu a direção do seu crescimento após a guerra.”* (Nakamura, 1985)

O autor Eto (1976) descreve o dia da rendição como um dia de céu azul que se estendia por todo o Japão e uma sensação de alívio e liberdade que se espalhava pela grande maioria da população. Alívio, pois agora poderiam viver suas vidas livres de perigo.

Porém é engano dizer que essa sensação se espalhava por toda a população, uma vez que, segundo o mesmo autor, alguns oficiais da Força Aérea Naval, servindo na base Aérea de Atsugi, e alguns elementos do exército, não aceitaram a derrota.

<sup>5</sup> Reservas

Eto (1976) descreve as duas semanas seguintes ao comunicado do imperador como semanas cruciais para o controle de todos aqueles que haviam resistido à ocupação aliada e no dia em que o comandante MacArthur, comandante Supremo das Forças Aliadas, e futuro governador absoluto do Japão, chegou ao país não houve nenhum tipo de manifestação.

## **I.2. Período pós-guerra 1945-1952**

A chegada de MacArthur marca o período pós-guerra da história do Japão, um momento em que o Japão ainda estava se recuperando economicamente e principalmente moralmente. Depois do país ver sua economia devastada, duas cidades completamente destruídas, os japoneses assistiram à chegada de um americano que comandaria o país por sete anos, estando acima do Imperador, figura que para a cultura japonesa é um ser divino.

Nesta seção iremos analisar a situação política do país no período e as principais medidas econômicas adotadas no pós-guerra que irão influenciar e permitir o Milagre Econômico do Japão.

Primeiramente, em relação à MacArthur, sua história com o Japão começa em 1904 quando este visita pela primeira vez o país durante a guerra russo-japonesa.

Apesar de poder optar por uma administração militar, MacArthur escolhe talvez por causa deste conhecimento prévio da cultura japonesa, um sistema indireto de administração, utilizando o sistema japonês já existente. Além disso, as autoridades de Ocupação também decidiram por manter a instituição imperial. Para o autor Eto (1976), ambas as soluções foram sábias, conforme comenta na seguinte passagem:

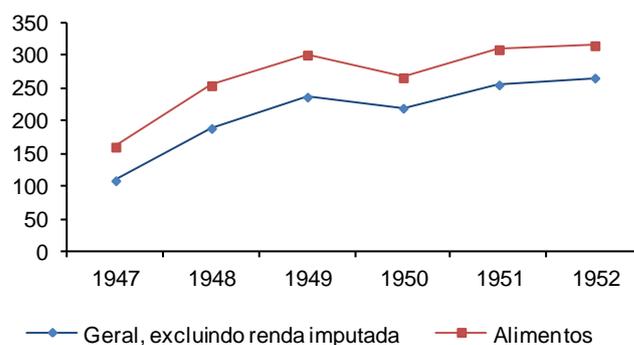
*“Se tivesse estabelecida uma administração militar, a máquina administrativa japonesa teria sido destruída e as forças americanas compelidas a um contato direto com os japoneses. Isso muito provavelmente provocaria movimentos de resistência entre os japoneses contra a ocupação aliada”.*

*“[...] Se o sistema imperial tivesse sido abolido em benefício de um sistema republicano, o Japão de pós-guerra provaria ser ingovernável e surgiria uma enorme confusão social. A maioria dos japoneses concorda com esta análise da situação, em virtude do profundo significado histórico da instituição monárquica japonesa para as mentes dos japoneses.” (Eto, 1976)*

No entanto, mesmo que a estrutura política tivesse sido armada de forma consciente e benéfica, os problemas que esta encarava estavam longe de serem fáceis,

tais como a escassez de alimentos, o nível de destruição das cidades, o desemprego e a inflação.

Gráfico 2: Índice de Preços ao Consumidor por cinco grandes grupos (Base pré-guerra) para Ku-área<sup>6</sup> de Tóquio



Fonte: *Historical Statistics of Japan*

Entre 1947 e 1952 o Índice Geral de Preços ao consumidor aumentou 144%, os alimentos, no mesmo período, aumentaram 97%.

Em relação ao desemprego, muitos japoneses voltaram para a área rural e a força laboral em 1947, segundo Nakamura (1985), era de 18 milhões de pessoas, um aumento de aproximadamente 29% em relação ao período anterior à guerra. Aqueles que não retornaram às terras tiravam sua subsistência de trabalhos informais no mercado negro e da venda ambulante.

Quando se trata de medidas de contenção da inflação, foi adotado o plano Dodge. Joseph Dodge era um banqueiro em Chicago que foi enviado ao Japão para assumir o cargo de ministro. Após analisar o orçamento japonês propôs um plano econômico drástico que segundo Eto (1976) forçava os japoneses a enfrentarem a dura realidade que o país estava passando. O plano Dodge consistia em políticas fiscais e monetárias restritivas.

Como o Ministro acreditava no livre mercado aboliu empréstimos do Banco de Reconstrução<sup>7</sup> e reduziu ao máximo os subsídios. Para Nakamura (1985), as medidas

<sup>6</sup>Ku-área é somente a Cidade de Tóquio, sem contar com as pequenas cidades formam a megalópole.

<sup>7</sup> Segundo Nakamura (1985), o Banco de Reconstrução foi criado para fornecer capital obtido pela emissão de obrigações aceites pelo Banco do Japão.

propostas só conseguiram ser implementadas devido à autoridade das forças de ocupação.

O ministro Dodge era contra a ajuda dos Estados Unidos para viabilizar a recuperação econômica japonesa. Ele acreditava que tal recuperação deveria surgir através da livre competição. Para isso, foi imposta uma taxa de câmbio de 360 ienes por dólar para facilitar a exportação.

Segundo Eto (1976) tal política operou milagres. A tendência inflacionária começou a cair a partir de 1950, a “máquina pública” foi enxugada e o setor privado também adotou tais políticas de austeridade diminuindo o funcionalismo.

Outras reformas também foram colocadas em prática pela força de ocupação, reformas que já haviam sido planejadas pelos japoneses durante anos. Um exemplo é a Reforma Agrária. Eto (1976) descreve o programa na seguinte passagem:

*“[...] Em 16 de novembro, exatamente cinco semanas após a instalação do segundo Gabinete de pós-guerra de Kijuro Shidehara, um plano de reforma agrária foi submetido à consideração do Governo. Nele se defendia a transferência aos camponeses de terras arrendadas pertencentes a proprietários ausentes e de todas as fazendas de extensão superior a três hectares (7 ½ acres) nas mãos de outros senhores de terras. A reforma agrária foi, na realidade, um dos maiores empreendimentos de pós-guerra do Governo Japonês, antes de ser encampado pelas autoridades da Ocupação.”*

*“Depois que Shigeru Yoshida substituiu Shidehara no cargo de Primeiro-Ministro, um programa de reforma agrária mais amplo foi preparado pelo Ministro da Agricultura Hiroo Wada e promulgado pela Dieta (parlamento) em 21 de outubro de 1946. A lei determinava “a transferência para os camponeses de todas as terras das fazendas pertencentes a proprietários ausentes e toda terra de mais de quatro hectares por proprietário em Hokkaido e um hectare (2 ½ acres) no resto do país, pertencentes a pessoas que não as cultivavam. Também determinava a transferência de mais de doze hectares (30 acres) em Hokkaido a três hectares (7 ½ acres) no resto do país, cujas comissões rurais urbanas e de aldeias entendessem ultrapassar a capacidade de utilização dos respectivos proprietários.”*  
(Eto, 1976)

Segundo Nakamura (1985), *“a reforma agrária diminuiu a percentagem total de terrenos agrícolas trabalhados por reideiros, de cerca de 50% para 10%, e, com a nova tecnologia, aumentou a produção, os rendimentos, e o mercado interno.”*

Outra reforma imposta pela Ocupação, mas elaborada anteriormente pelos japoneses foi o voto feminino, uma consequência lógica da Lei de Sufrágio Universal, promulgada em 1925.

Todavia, existiram também medidas elaboradas pela própria força de ocupação como a reforma educacional e a nova constituição.

Em relação à reforma educacional, foi implementado o modelo de alguns estados norte-americanos, com um aumento de três anos no período de educação obrigatória quando comparado com sistema anterior utilizado pelos japoneses.

No caso da nova constituição, em outubro de 1945 MacArthur começa a estudar sua publicação. Para isso, o gabinete japonês (do Primeiro-Ministro Shidehara, na época) foi incumbido a esboçar planos de uma revisão constitucional. No entanto, os dois planos apresentados não fizeram muitas alterações no texto original, com exceção de uma incorporação de políticas e pensamento ingleses em detrimento dos germânicos.

Visto que as autoridades de Ocupação não gostaram de nenhum dos dois planos, esta apresentou o seu próprio esboço que se baseava em três princípios: privar o Imperador de poderes soberanos e torná-lo um símbolo nacional; desarmar completamente o Japão; e abolir a instituição do pariato (sistema de títulos da aristocracia). A nova constituição foi promulgada no dia 3 de novembro de 1946.

A elaboração de uma nova constituição pelas forças de Ocupação e sua imposição sem nenhum poder de escolha é um retrato claro de que os japoneses estavam sendo comandados por outra nação e apesar de algumas reformas terem sido baseadas em planejamentos anteriores, as medidas mais importantes foram decididas por outros que não os japoneses. A opinião de Eto (1976) sobre essa reforma está expressa na seguinte passagem:

*“Em virtude dessas circunstâncias, o povo japonês perdeu a imagem clara da sua cidadania. Também perdeu o sentido de íntima identidade com os vários conceitos novos incorporados à Constituição, embora mantivesse sentimentos favoráveis a eles. Em outras palavras, o japonês atual não pode ter a sensação gratificante de haver ganho por seu próprio esforço os diversos valores que o Estado tem supostamente a obrigação de assegurar. Consequentemente, os japoneses, conhecidos por sua franca devoção ao Estado durante os períodos de pré-guerra e guerra, vieram a perder sua consciência nacional sob o clima político de pós-guerra, centrado a nova Constituição. Os interesses pessoais se tornaram sua única preocupação. Tornaram-se impermeáveis à existência do estado tanto como meio para alcançar valores mais altos, transcendendo os interesses privados individuais, ou como membro componente da comunidade internacional de nações.” (Eto, 1976)*

O ponto de maior discussão na nova Constituição é a abolição da força bélica no Japão. Segundo Eto (1976), esse ponto pode ser considerado uma faca de dois gumes. Durante a Guerra Fria, em que os Estados Unidos investiram bastante no Japão com o objetivo de torná-lo a vitrine do mundo capitalista na Ásia, no período da Guerra da Coreia, caso que será discutido mais à frente no texto, existia um forte interesse que o exército japonês se reestruturasse.

No entanto, a cláusula foi utilizada como uma justificativa contra essas pressões e se tornou uma libertação dos custos com armamento, permitindo um acelerado crescimento da economia japonesa, uma vez que os recursos estavam sendo destinados para outras áreas que não a bélica.

Um ponto importante que deve ser comentado são as reformas voltadas para as indústrias. O poder de Ocupação implementou reformas de desmilitarização e democratização sobre as áreas dos Zaibatsus, com a Lei Anti-Monopólio e a Lei da Eliminação da Concentração Excessiva, ambas de 1947, que tentam dissolver esses antigos conglomerados industriais que existiam desde o período Meiji<sup>8</sup>. Apesar de tal política não ter sido totalmente efetiva, pois apenas poucas firmas foram divididas, esta caracterizou o princípio da intensa competição da economia japonesa pós-guerra.

A relação entre os trabalhadores e a gerência é uma característica bastante típica do povo japonês, onde os sindicatos são ligados às companhias e não a uma união sindical. Mesmo após a criação, no pós-guerra, do Conselho Geral das Associações Sindicais a maioria dos trabalhadores era ligada aos sindicatos das próprias empresas. No período estudado, houve um aumento do nível dos salários e a manutenção dos sistemas de emprego estável e de antiguidade<sup>9</sup>. Por um acordo entre gerência e trabalhadores não houve mais greves prolongadas, pois estas prejudicavam ambas as partes.

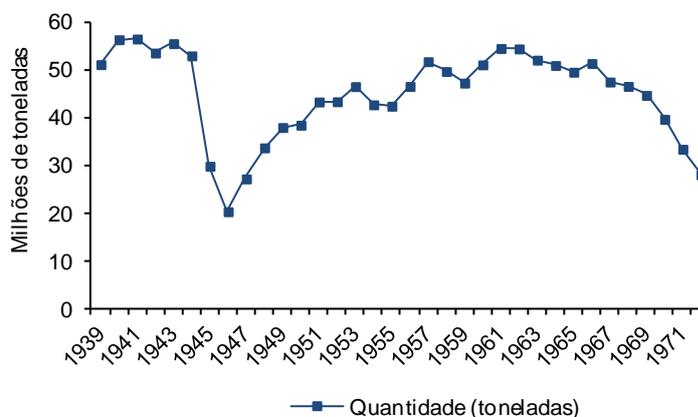
Um dos pontos mais importantes a ser mencionado do período pós-guerra foi a substituição do carvão produzido internamente pelo petróleo importado como fonte de energia, pois tal medida futuramente será um dos pontos chaves do estudo do Milagre Econômico japonês. Essa troca ocorreu porque a produção de carvão japonesa caiu quase 70% quando comparado com o período da guerra, conforme gráfico 3, e, por isso, os fundos do Banco de Reconstrução foram voltados para a indústria de carvão para tentar reestruturá-la. Vale ressaltar que essa substituição foi abrupta, mas rapidamente aceita. No ano da Primeira Crise do Petróleo, 1973, este representava 90% do total de energia consumida no Japão.

---

<sup>8</sup> O período Meiji marca a volta do Imperador para o comando do país após duzentos anos de Xogunato.

<sup>9</sup> No Japão o sistema de emprego era vitalício. Esse sistema surgiu após a Primeira Guerra Mundial, mas só foi assimilado a nível nacional após a imposição do controle salarial em 1940-41

Gráfico 3: Quantidade do Carvão produzido no período de 1939 a 1972



Fonte: *Historical Statistics of Japan*

A Guerra da Coreia<sup>10</sup> é um marco na história do Japão pós-guerra. O ano de 1949 foi um ano de recessão mundial, e a situação no Japão era ainda pior devido às medidas do Plano Dodge mencionadas anteriormente.

Quando a guerra começou em 1950 a situação mudou completamente. No ano de 1951 o comércio externo japonês aumentou 34% quando comparado ao ano anterior.

Uma importante consequência da Guerra da Coreia para a economia do Japão, além do aumento das exportações, foi o aumento de divisas, elevando o teto da balança de pagamentos e permitindo o aumento das importações. Isto significava um aumento da capacidade das indústrias dependentes de matéria prima importada.

Nakamura (1985) comenta na seguinte passagem as consequências da Guerra da Coreia:

*“Com uma procura tão elevada, surgiram entraves na energia eléctrica, nas indústrias produtoras de carvão e aço e nas empresas de navegação, obrigando a investimentos em equipamentos e fábricas e à importação de tecnologia estrangeira. Estes investimentos eram apoiados por políticas de acumulação de capital para a reconstrução industrial que foram os protótipos da política industrial japonesa pós-guerra.”* (Nakamura, 1985)

A criação do Banco da Exportação do Japão, o Banco de Fomento do Japão (substituindo o Banco de Reconstrução), a Lei da Promoção da Racionalização das

<sup>10</sup> Guerra realizada entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte no período de 1950 a 1953, marcada pela luta entre o capitalismo (Coreia do Sul) e o comunismo (Coreia do Norte). Ambos os lados incluíam aliados, Estados Unidos e o Reino Unido estavam do lado da Coreia do Sul e a República Popular da China e a União Soviética da Coreia do Norte.

Empresas de 1952 e a Política de concessão de divisas são exemplos das medidas adotadas visando à cumulação de capital e o investimento. Os dois primeiros visavam o financiamento das exportações e o financiamento a baixos juros. O terceiro era um incentivo ao investimento, pois diminuía a carga tributária. E o último protegia as indústrias da concorrência estrangeira.

No período da Guerra da Coreia, a questão do rearmamento japonês voltou como um importante ponto de discussão. Como o Japão se recusava a implementar uma política de rearmamento, o problema de sua segurança continuava sem solução.

Como alternativa, o primeiro ministro japonês na época, Yoshida, propôs que a segurança japonesa fosse garantida pelas tropas americanas instaladas em solo nacional mediante tratado assinado entre os dois países. Ele propôs adicionalmente que esse acordo fosse considerado um tratado de paz. Dessa forma, no dia 8 de setembro de 1951 o Tratado de Paz com o Japão foi assinado. Além deste, os países também assinaram o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre o Japão e os Estados Unidos.

*“Esse período, que envolve o milagre econômico japonês, é creditado a aplicação da política de Yoshida Shigeru, o primeiro a desempenhar um papel de grande importância como primeiro-ministro do Japão no período pós-guerra ao canalizar os esforços do país para o desenvolvimento econômico. Esse primeiro-ministro descobriu que o Japão não tinha necessidade de esforçar-se para garantir sua segurança nacional no sentido tradicional – via força militar –, pois os EUA estavam prontos para isso. O Japão tornou-se dependente dos EUA não somente para sua defesa, mas também para sua diplomacia, passando a dedicar-se ao desenvolvimento de sua economia.”* (Wolfederen<sup>11</sup> apud Uehara, 2003, p. 83)

Porém, as conseqüências do Tratado de Paz não foram todas positivas. Eto (1976) comenta a situação com a seguinte passagem:

*“Todavia, Yoshida pagou caro por isso. Para começar, fechou o caminho das negociações com a União Soviética e seus aliados comunistas, como seus críticos previram. Consequentemente, a admissão do Japão nas Nações Unidas foi retardada pelo exercício de veto pela União Soviética. Mais ainda, foi compelido a escolher, contra sua vontade, o Governo Nacionalista da China<sup>12</sup> como parceiro de um tratado de paz em separado, a fim de persuadir o Senado americano a ratificar o pacto de São Francisco<sup>13</sup>. Como resultado, as opções disponíveis na política japonesa com relação à China ficaram restritas a uma margem muito estreita até recentemente<sup>14</sup>.”* (Eto, 1976)

<sup>11</sup> Wolfederen, Karel G Van. The enigma of Power: people and politics in a stateless nation. London: Macmillan, 1989

<sup>12</sup> Depois conhecida como Taiwan

<sup>13</sup> O Pacto de São Francisco é o Tratado de Paz entre Japão e Estados Unidos. O tratado também é chamado assim, pois foi assinado na Opera House de São Francisco.

<sup>14</sup> A passagem foi retirada de Eto, Jun. Uma nação renascida: Breve história do Japão pós-guerra. Rio de Janeiro: Consulado geral do Rio de Janeiro, 1976. um livro escrito em 1976 por Jun Eto.

O Tratado de Paz entrou em vigor em abril de 1952 e o Supremo Comando das Forças Aliadas foi dissolvido no mesmo dia.

Devido à repercussão negativa da assinatura do tratado gerando uma insatisfação na população japonesa, a popularidade de Yoshida nunca mais foi recuperada. Dessa forma, em 25 de novembro de 1954, este renuncia a presidência do Partido Liberal.

Em, 10 de dezembro de 1954, Ichiro Hatoyama foi eleito Primeiro Ministro.

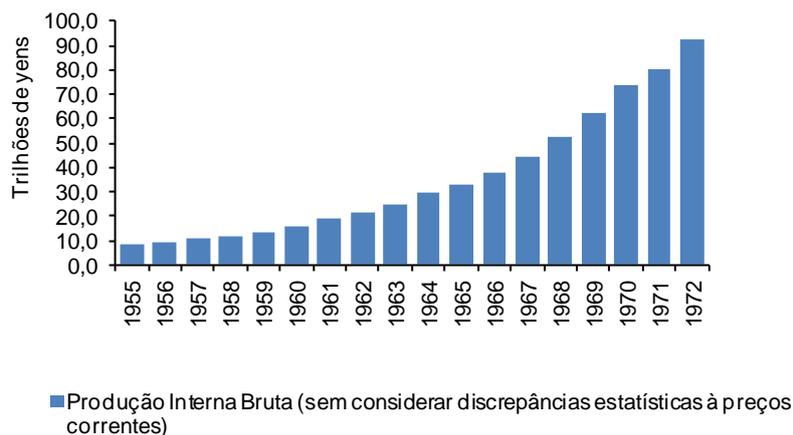
Uehara (2003) resume o período da ocupação da seguinte passagem:

“Do lado japonês, a primeira fase de Ocupação (1945-52) foi basicamente moldada pelo primeiro-ministro Yoshida Shigeru que, utilizando-se da preocupação norte-americana com a Guerra Fria, soube aproveitar as oportunidades para restaurar a soberania do Japão, a segurança militar e as relações comerciais. Durante esses sete anos de ocupação, o governo japonês não pôde desenvolver de maneira soberana suas relações externas. Esse direito só lhe foi restituído após o tratado de paz de São Francisco, assinado em 1951, dando início ao que Saitô (1990) denominou “primeira fase”.” (Uehara, 2003)

### I.3. Milagre Econômico Japonês: 1952-1973

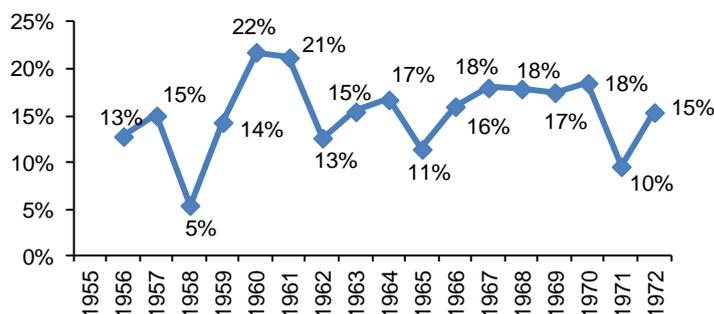
O período de 1952 a 1973 foi um marco na história do Japão devido à apresentação de níveis elevadíssimos de crescimento do PIB, como podemos ver nos gráficos abaixo:

Gráfico 4: Produção Interna Bruta do Japão de 1955 a 1972



Fonte: *Historical Statistics of Japan*

Gráfico 5: Variação da Produção Interna Bruta no Japão de 1955 a 1972



Fonte: *Historical Statistics of Japan*

Se compararmos o ano de 1955, um dos primeiros anos de Milagre Japonês com 1972 o PIB do país passou de 8.371,3 bilhões de yens para 92.844,7 bilhões de yens, um crescimento de aproximadamente 1.000%.

O período do Milagre Econômico japonês foi tão marcante na história das relações internacionais, que em 1968 o Japão ultrapassou a economia alemã em termos de Produto Interno Bruto. Esta até hoje não conseguiu recuperar sua posição.

Existem diversas variáveis que influenciaram esse rápido crescimento. Variáveis que já foram analisadas no período que antecedeu o Milagre e que o viabilizaram. Além de medidas e políticas adotadas ao longo do período de 1952 a 1972 que permitiram sua continuidade durante esses anos. Nesta seção iremos analisar as medidas adotadas ao longo do período de Milagre Econômico e suas consequências para a economia japonesa.

Podemos afirmar que os primeiros passos adotados a partir de 1952, que viabilizaram o rápido crescimento japonês ocorreram no âmbito internacional. Primeiramente, o Primeiro Ministro Hatoyama reviu as relações diplomáticas do Japão e principalmente a relação com a União Soviética, o que culminou na aceitação do país na Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 1956.

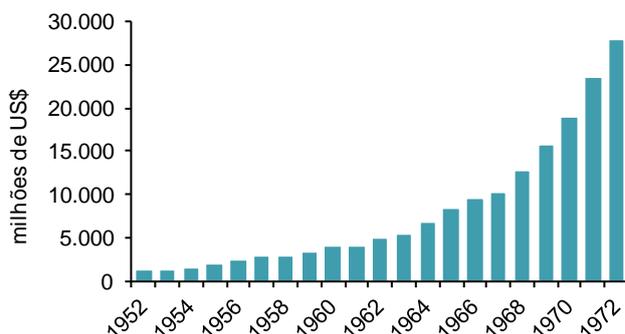
Uehara (2003) comenta a importância da entrada do Japão na ONU:

*“A aceitação do Japão como membro da ONU foi importante como início da reinserção japonesa pós-guerra na comunidade internacional. Ela facilitou a admissão japonesa em vários outros organismos internacionais, beneficiando os interesses políticos e econômicos japoneses.”* (Uehara, 2003)

Além disso, como foi mencionado anteriormente, os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, deslocaram diversos recursos, principalmente capital, para reconstrução do Japão e dos países europeus, com o Plano Marschall. Como o desenvolvimento econômico e o emprego eram o foco do plano implantado na Europa, o volume de venda do mercado mundial aumentou, beneficiando a exportação japonesa.

Além disso, a adoção do câmbio fixo com o dólar como moeda de referência (sistema de Bretton Woods<sup>15</sup>) no pós-guerra fez com que as exportações japonesas aumentassem bastante, uma vez que no Japão, foi adotado em 1946, conforme mencionado anteriormente, o câmbio de 360 ienes/dólar e mantido até 1971. Esta foi uma medida de desvalorização da moeda que tornou os produtos japoneses bastante competitivos no mercado internacional. O gráfico abaixo mostra a importância dessa medida nas exportações japonesas, no período de 1952 a 1972 estas aumentaram 2.075%.

Gráfico 6: Exportação japonesa no período de Milagre Econômico



Fonte: *Historical Statistics of Japan*

Dessa forma, pode-se indicar a exportação como a primeira força motriz do desenvolvimento econômico do Japão. Com o passar dos anos, o crescimento econômico começa a ficar evidente como Nakamura (1985) comenta na passagem abaixo:

<sup>15</sup> O sistema de Bretton Woods tinha como a base uma estrutura “dólar-ouro”, em que os países estabeleciam suas taxas de câmbio em relação à moeda americana, ou seja, era um acordo baseado em taxas fixas de câmbio. A paridade só era reajustada, quando o país apresentava déficit estrutural no balanço de pagamentos. No sistema de Bretton Woods o dólar passa à condição de moeda internacional. (Oliveira, Maia e Mariano, 2008, pg. 9)

*“Observando a composição das exportações, vemos que os produtos têxteis representavam cerca de metade da exportação em 1950, 37% em 1955, mas apenas 5% em 1975. Enquanto a exportação de aço aumentou de 34% em 1964, baixou seguidamente para 10% sendo substituída pelo equipamento para transporte e maquinaria, em particular veículos e navios, que vieram a ser os líderes da exportação. Também a importação é reveladora da situação vivida. Desde 1950, as matérias-primas e os combustíveis têm detido aproximadamente 50% da importação, e juntando os produtos alimentares, este número atinge os 80% para o total de produtos primários.” (Nakamura, 1985)*

Os três primeiros anos do período de Milagre Econômico Japonês, de 52 a 55, foram marcados por uma crescente competitividade entre as empresas japonesas. Os antigos empresários deram lugar para gerentes profissionais na direção da maior parte das empresas japonesas, o que levou a uma corrida por competitividade entre os rivais e entre as empresas ocidentais. Dessa forma, houve um aumento da importação de tecnologia e investimento em fábricas e equipamentos.

Nakamura (1985) aponta a indústria têxtil como um bom exemplo desse aumento de competitividade na forma de fibras sintéticas e importação de tecnologia. No entanto, a entrada de tecnologia nas fronteiras japonesas não se limitou somente às indústrias importadoras, mas também à indústria de energia elétrica, de construção, química e a mais famosa, a indústria automobilística.

Como o autor comenta na passagem acima, as exportações começaram com produtos da indústria ligeira, mas conforme o país foi se desenvolvendo, os produtos exportados foram ganhando novas características e tornaram-se predominantemente produtos da indústria pesada. Nakamura (1985) aponta na seguinte passagem, que a participação da indústria química e pesada foi essencial para o período de desenvolvimento econômico:

*“[...]. As indústrias químicas e pesadas tiveram um papel chave no desenvolvimento cíclico da economia, pois não só se reforçaram mutuamente e expandiram a procura entre si, a nível nacional, como estimularam as outras indústrias através da procura derivada.” (Nakamura, 1985)*

Podemos, então, apontar as indústrias químicas e pesadas como a segunda força motriz no Milagre Econômico Japonês.

É importante ressaltar, conforme mencionado na seção anterior, que a fonte de energia de todo o desenvolvimento econômico era o petróleo e por isso, como

Nakamura (1985) aponta, a importação de petróleo bruto passou de 9,27 milhões Kl<sup>16</sup> em 1955 para 288,49 milhões de Kl em 1973, um crescimento de 3.012% em 18 anos.

Hatoyama, o então Primeiro Ministro, em 1955 aproveita a onda de inovação e anuncia um programa econômico de seis anos marcando a prosperidade econômica atingida. Eto (1976) comenta que tal prosperidade tomou um nível de popularidade tal que foi considerada a mais alta de toda a história japonesa até 1976.

No entanto, o Plano Econômico mais bem sucedido apontado por Nakamura (1985) foi o Plano de 1960 para a duplicação do investimento. O plano propunha um nível de vida mais elevado e nível de desemprego mínimo. O autor afirma que, na verdade, o plano não foi importante por ter atingido os objetivos propostos, mas por ter impactado psicologicamente e de forma positiva a comunidade corporativa e o a população.

Sua consequência foi um “boom” de investimentos e aumento salarial que culminou numa melhor distribuição de renda. Nakamura (1985) aponta que o aumento do nível dos salários de 1961 fez com que no final dos anos sessenta, 95% da população estivesse na classe média. O autor, então aponta o terceiro viabilizador do rápido crescimento da economia japonesa: as relações laborais. Conforme mencionado anteriormente, a guerra estreitou ainda mais as relações entre gerência e trabalhadores.

Ainda em relação às políticas governamentais, segundo Nakamura (1985), as políticas de assistência adotadas pelo governo como cartéis, isenção de impostos, aumentos regulares de capacidade durante os períodos de retração econômica viabilizaram a adoção de risco das empresas e a utilização de empréstimos e emissão de obrigações ao portador. Até as altas taxa de juros não afastaram os investimentos já que havia a possibilidade de lucros elevados. O mesmo autor afirma que entre 1952 e 1970, o nível dos investimentos aumentou mais de dez vezes.

Quanto à política de importação, essa era inicialmente de restringir as importações e acelerar as exportações com o objetivo de desenvolver o mercado interno. No entanto, essas políticas mudaram ao longo dos anos cinquenta e a partir de 1960, diversas barreiras à entrada de produtos como, computadores e produtos agrícolas foram sendo liberadas, culminando na liberalização dos automóveis em 1965.

Uehara (2003) comenta essa política japonesa na seguinte passagem:

*“Um outro fator que parece ter contribuído para a recuperação econômica japonesa foi o fato de o Japão ter conseguido*

---

<sup>16</sup> Quilolitro

*manter seu mercado doméstico fechado à concorrência externa, apesar das pressões de diversos países ocidentais, ao mesmo tempo em que conquistava mercados externos. Mesmo com seu ingresso no Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, em 1955, e na Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento – OECD, em 1964, o Japão com apoio dos EUA conseguiu contornar as pressões por uma maior abertura de seu mercado. Todos esses fatores contribuíram para o crescimento econômico do Japão, que em meados da década de 1960, despontava como uma preocupação para as economias ocidentais.” (Uehara, 2003)*

Podemos, então, apontar a quarta variável que viabilizou o crescimento japonês: a proteção das fronteiras para produtos internacionais.

Durante o período de Milagre Econômico houve duas políticas fiscais diferentes. Inicialmente foi mantido o Plano Dodge adotado no período da Ocupação, que conforme mencionado na seção anterior, era um plano de restrição dos gastos públicos. No entanto, em 1960 esse plano foi substituído pelo Plano de Duplicação de Rendimentos e por medidas expansionistas. Como a receita fiscal estava acima do esperado o governo pôde substituir políticas de governo a baixo custo para políticas expansionistas, aumentando as flutuações das transações. Nakamura (1985) afirma que os gastos públicos impulsionaram direta e indiretamente a economia e aponta na seguinte passagem as consequências dessa política:

*“[...] As despesas com as obras públicas, uma forma de estimular a economia, tiveram particular importância por serem usadas em infraestruturas como estradas, portos e na linha férrea superexpresso de Shinkansen, criando economias externas para a indústria. A exemplificar temos o desenvolvimento de autoestradas, que fizeram aumentar o uso de automóveis e o conseqüente aumento da indústria automóvel. Além disso, com a maior facilidade de transporte, tornaram-se possíveis novas áreas para a localização de indústrias.” (Nakamura, 1985)*

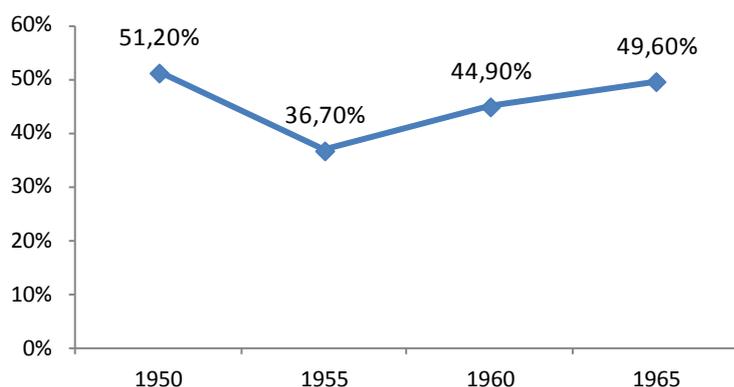
No entanto, essa política fiscal não permaneceu durante todo o período do Milagre Japonês. Em 1965, os esforços voltaram-se para o combate da inflação devido a um aumento dos preços dos serviços e dos produtos agrícolas causado por uma queda da produtividade desses setores. Os anos de 1970 e 1971 foram anos de austeridade, o que obrigou o governo a revalorizar o iene e a emitir obrigações como uma forma de estimular a economia e expandir gastos. Em 1973, ocorre a Primeira Crise do Petróleo que só dificultou a situação.

Em relação à política monetária, Nakamura (1985) afirma que no início de 1952 a reforma do sistema financeiro japonês já estava praticamente concluída, ou seja, havia

somente o Banco Central sob o comando do governo. Os demais bancos foram ou liquidados ou convertidos em bancos comerciais.

As políticas realizadas no início dos anos cinquenta visavam promover o financiamento, algumas já mencionadas na seção anterior, como a criação do Banco de Fomento do Japão (1951) e do Banco de Exportação do Japão (1950) com o objetivo de complementar o financiamento a longo prazo das indústrias e exportação feito pelos bancos comerciais. Além destas, foram criadas outras instituições financeiras como caixas econômicas de caráter mutualista e associações de crédito. Nakamura (1985) aponta que o financiamento indireto promoveu o investimento em fábricas e equipamentos e a dependência das corporações só tendeu a aumentar ao longo do período, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 7: Dependência das corporações dos empréstimos como fonte de capital



*Fonte: Nakamura (1985).*

Podemos identificar o crédito como a quinta base do rápido desenvolvimento econômico japonês. O papel do Banco do Japão também ganhou maior importância conforme o crédito foi se tornando uma fonte de capital e assim sua capacidade de controle também aumentou. Com isso, o Banco do Japão aplicou medidas de controle do crédito, quando necessário, delimitou limites de empréstimos, puniu os bancos que os desrespeitaram e introduziu a “window guidance”. Como não havia muito capital disponível, as empresas não conseguiam resistir às políticas impostas e por isso os efeitos eram imediatos.

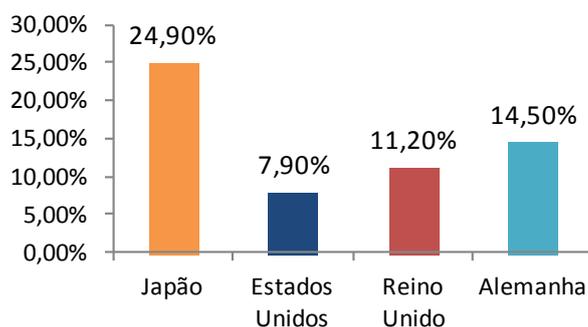
Nakamura (1985) comenta a política monetária do período e a participação do Banco do Japão com a seguinte passagem:

*“[...] Não sendo necessários exemplos, bastaria dizer que a política monetária do pós-guerra foi forte e eficaz, através do controle directo do Banco do Japão. Devido à sua eficácia e na ausência de qualquer campo de manobra da política fiscal, a política monetária tornou-se muito mais importante ao considerar ambos os lados do dilema crescimento – limitação.” (Nakamura, 1985)*

Finalmente podemos identificar a sexta e última força motriz que viabilizou o Milagre Econômico japonês de 1952 a 1973: a capacidade de poupança da população. Apesar de todas as políticas adotadas pelo governo japonês, mencionadas acima, essa característica foi a que ficou mais conhecida como viabilizadora do rápido crescimento, talvez, por ser uma característica da população japonesa, não muito cultivada nos povos ocidentais.

Mesmo havendo um aumento de capacidade de consumo das famílias japonesas durante o período estudado, a poupança familiar individual também aumentou. Segundo Nakamura (1985) o elevado índice de poupança japonesa pode estar relacionado com o sistema de bônus pago duas vezes por ano. No gráfico abaixo podemos comparar a representatividade da poupança no rendimento disponível em 1976 do Japão e de outros fortes países da época:

Gráfico 8: Representatividade da poupança no rendimento disponível em 1976



Fonte: Nakamura (1985).

Podemos concluir que houve diversas variáveis que influenciaram o rápido crescimento da economia japonesa entre 1952 e a Primeira Crise do Petróleo em 1973. Nessa seção resumimos as seis principais forças motrizes que influenciaram esse

período: a exportação, às indústrias química e pesada, as relações laborais, o protecionismo, o crédito e a capacidade de poupança da população.

Na passagem a seguir Nakamura (1985) também resume o período de Milagre Japonês:

*“A nível internacional, o mundo maravilhou-se com o renascimento do Japão, de um país totalmente envolto nas cinzas da derrota, para uma superpotência. Como testemunho do seu aumento de exportação, que teve início com os produtos da indústria pesada, o déficit da balança de pagamentos terminou em 1964, com a excepção de um curto período de crise em 1967. Em reflexo do aumento da competitividade a nível mundial, o hiper crescimento econômico prosseguiu a passos largos. No entanto, 1969 foi palco duma inflação global devido à inflação dos preços da importação e, quando o banco do Japão adoptou medidas de austeridade, a exportação aumentou, dando início aos atritos comerciais que culminaram com o “Choque Nixon” (o Novo Programa Económico dos E.U., Agosto 1971, que suspendeu a conversão do dólar em ouro e impôs uma sobretaxa de 10% à importação.” (Nakamura 1985)*

#### **I.4. O fim do Milagre Econômico Japonês**

A bibliografia explica o fim do período de Milagre Econômico japonês devido a, principalmente, três fatores que estão inteiramente interligados: o fim de Bretton Woods e a adoção do sistema de taxas de câmbio flutuantes, a alta inflação e a Primeira Crise do Petróleo.

No Japão, o efeito da adoção do sistema de taxas flutuantes foi a valorização da moeda japonesa, passando de 360 ienes/dólar para 308 ienes/dólar. O governo japonês, com medo de uma piora do comércio interno, implementa políticas de estímulo da economia. Segundo Nakamura (1985) foram essas medidas e não as taxas de câmbio flutuantes que apressaram a inflação japonesa. De uma média de 15% ao ano, os preços aumentaram 35% durante os últimos seis meses do ano de 1973.

Segundo o mesmo autor, o Japão não foi o único que sofreu com a alta da inflação. Reino Unido, França e Estados Unidos também viram seus preços aumentarem.

O aumento dos preços do petróleo durante a Primeira Crise do Petróleo foi outro fator que contribuiu fortemente para o crescimento da inflação. A quarta guerra do Oriente Médio<sup>17</sup> que se seguiu também influenciou bastante o fim do rápido

---

<sup>17</sup> Segundo Jun ETO (1976) a quarta guerra do Oriente Médio começou no dia 6 de outubro de 1973 entre Israel contra Egito, Síria e outros países árabes.

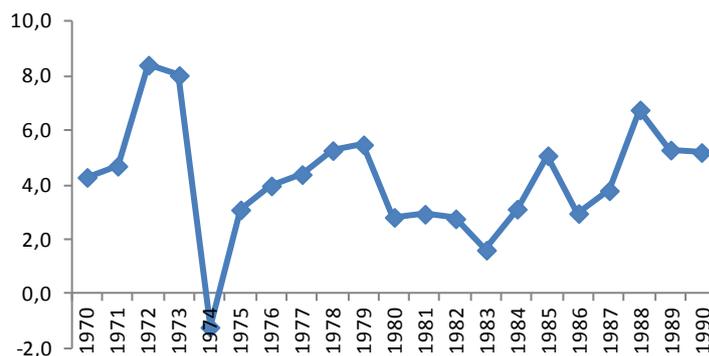
crescimento japonês uma vez que a economia havia confiado no fornecimento de um petróleo abundante e barato.

Uehara (2003) comenta a Crise do Petróleo de 1973 e suas repercussões na história do Japão:

*“[...] O impacto desse fato foi tão significativo que permite demarcar dois períodos na economia japonesa: uma pré-crise de 1973, em que havia uma alta taxa de crescimento e outra pós-crise 1973-74, em que, apesar da manutenção do crescimento, agora se dava sob índices mais modestos.” (Uehara, 2003)*

Devemos ressaltar que o fim do período do Milagre Econômico japonês não significa o fim do período de crescimento japonês como podemos ver no gráfico a seguir que mostra as taxas de crescimento do PIB de 1970 a 1990.

Gráfico 9: Variação do PIB do Japão de 1970 a 1990 (%)



Fonte: Site Banco Mundial

No gráfico podemos perceber que nesse período de 20 anos a taxa média de crescimento do PIB do Japão foi de 4,2%. No mesmo período, a taxa média de crescimento do PIB do Reino Unido foi de 2,4%, nos Estados Unidos de 3,1%, na França de 3,2% e na Alemanha de 2,6%.

Nakamura (1985) comenta que a recuperação após a primeira Crise do Petróleo foi rápida devido à implementação da “operação Scaledown”<sup>18</sup> e as rápidas mudanças nas estruturas industriais

<sup>18</sup> Nakamura (1985) explica a “operação Scaledown” na passagem a seguir:

Após a Primeira Crise do Petróleo, o Japão percebeu sua importância no plano econômico internacional e a partir dessa data promoveu diversas reformas no âmbito das políticas internacionais. Além disso, no período pós-Milagre Econômico, a indústria japonesa, que antes de 1952 estava mais de dez anos atrasada, em termos de tecnologia, quando comparada ao nível internacional, a ultrapassou e se tornou uma referência.

Nakamura (1985) comenta essa transformação no seguinte trecho:

*“Nos anos oitenta, tem sido desenvolvida e introduzida ainda mais tecnologia para economia de energia. [...] Paralelamente à procura de economia energética e medidas de racionalização, os produtores têm penetrado em novas áreas, como a indústria produtora de aço aventurando-se na construção de habitações e, também, os desenvolvimento de artigos de aperfeiçoamento de conhecimentos de elevado valor acrescentado, nas áreas de automatização de escritórios, robótica, biotecnologia, etc., atestando a adaptabilidade das indústrias japonesas às mudanças operadas nos meios comerciais.”*

*“No plano internacional, o Japão tem vindo a deter 8,8% do total da exportação mundial e 7,3% do total da importação com base nos valores (1983) e as medidas comerciais japonesas têm vindo a influenciar a economia internacional de forma significativa”.*  
(Nakamura, 1985)

Eto (1976) resume o período do Milagre e o que isso significou, além de quais foram as responsabilidades japonesas após esse período, na passagem a seguir:

*“O sentimento nacional no Japão no início de 1974, foi de reflexão e introspecção. Os japoneses haviam experimentado uma prosperidade sem precedentes graças à sua própria diligência e ao acesso fácil aos recursos naturais de baixo custo, como o petróleo, obtidos em todos os cantos do mundo. Essa situação internacional favorável, que servia de base para o ressurgimento e prosperidade do Japão de pós-guerra, estava agora, no entanto, passando por uma mudança drástica. Embora aderindo à política de manter e promover relações estreitas com as democracias ocidentais, tendo a aliança nipo-americana como eixo, o Japão era chamado agora a melhorar suas relações com a China e a União Soviética. Além disso, o Japão precisava atender os países em desenvolvimento como os do Sudeste da Ásia e do Oriente Médio, com absoluta sinceridade. Em suma, o Japão devia agora despertar para o fato de que não mais podia permanecer como “Japão pequeno”, satisfeito sinceramente com o seu próprio bem estar material, mas precisava viver e sobreviver em harmonia com o resto do mundo.”* (Eto, 1976)

O fim do Milagre Econômico japonês significa apenas que a economia do Japão passou a crescer a taxas mais reduzidas, mas isso não fez de forma alguma com que a economia do país se tornasse menos importante. Todavia, a partir de 1992, a economia

---

“As medidas da “operação Scaledown” incluíam esforços de racionalização, tais como a economia de energia, maior aproveitamento do combustível, a introdução de nova tecnologia, menores despesas com mão-de-obra e juros, redução de “stocks”, etc.”

japonesa parou de crescer e até hoje passa por um período de recessão. Em 1996, tal situação se agravou devido a políticas fiscais para contenção do déficit público.

No entanto, o escopo deste trabalho não pretende analisar a economia japonesa pós-Milagre Econômico, uma vez que pretende entender somente quais foram os fatores que promoveram um crescimento de aproximadamente 10% a.a., valor que não é comumente atingido pelos países.

## II. A HISTÓRIA DO MILAGRE ECONÔMICO CHINÊS

A China que conhecemos atualmente é extremamente importante no cenário mundial, com seus altos níveis de importações e exportações. O país, hoje, apresenta papel fundamental até para os Estados Unidos, com elevada participação em seu comércio e viabilizando seus altos déficits. Muitos observadores defendem a tese de que a China irá tomar o lugar da economia norte-americana no ranking do Produto Interno Bruto.

No entanto, há 34 anos, nenhum especialista poderia prever esse cenário. Na verdade, como foi analisada no capítulo anterior, em 1978, a previsão era de que o Japão com sua economia forte ultrapassaria os Estados Unidos como líder mundial.

Todavia, o que vemos hoje são os Estados Unidos com um PIB de US\$ 14 trilhões, a China em segundo lugar com um PIB de US\$ 5,9 trilhões e o Japão em terceiro lugar, sem nenhuma perspectiva de crescimento, com um PIB de US\$ 5,5 trilhões.<sup>19</sup>

Portanto, o objetivo desse capítulo, é estudar quais fatores viabilizaram um crescimento de, em média, 10% a.a. por 34 anos, ou seja, quais foram as medidas monetárias e fiscais que permitiram o Milagre Econômico Chinês.

O capítulo será dividido em duas partes, na primeira seção estudaremos brevemente a China antes do Milagre Econômico. Nesse período que dura de 1949 a 1976, o país foi marcado por uma revolução comunista, pelo governo de Mao Zedong e pela famosa Revolução Cultural.

Na segunda parte, analisaremos os governos subsequentes a Mao Zedong, o período de 1978 a 2012. Essa seção tem como objetivo analisar quais fatores viabilizaram o Milagre Econômico Chinês marcado como ponto de início o governo de Deng Xiaoping, a partir de 1978, visto como o líder que deu o pontapé inicial desse acelerado crescimento, e as três gerações que o sucederam.

### II.1. O governo de Mao Zedong

Mao Zedong foi o líder chinês que conduziu a revolução comunista no país e após sua implementação, governou a China por um período de 27 anos, até a sua morte.

---

<sup>19</sup> Dados retirados do site do Banco Mundial referentes ao ano de 2010

O governo de Mao é considerado na história da China como a primeira geração de governantes após a revolução.

A importância do governo de Mao Zedong para o crescimento chinês hoje observado é um ponto de divergência entre os estudiosos da história do país. Alguns acreditam que algumas políticas do governante, como a Revolução Cultural, no balanço final, só atrasaram o país. Por outro lado, a própria Revolução Comunista e o investimento na indústria pesada podem ser vistos como a construção da base do que depois foi implementado por Deng Xiapoing, o qual veremos no próximo capítulo.

Monteiro Neto (2005) na seguinte passagem discute alguns pontos a favor do governo de Mao Zedong:

*“Contrariamente ao que vários analistas vêm assinalando, o crescimento acelerado na economia chinesa não se deu única e exclusivamente por causa da adoção de políticas de abertura comercial e de intercâmbio amplo com o exterior (a open door policy adotada em 1978). Quando vista em perspectiva de mais largo prazo [...], a economia chinesa, tendo apresentado performance generalizada de muito baixo crescimento entre 1820 e 1950, passou a experimentar, a partir da consolidação de seu estado nacional com a revolução socialista em 1949, uma trajetória de crescente e firme expansão de sua estrutura produtiva, deixando para trás definitivamente sua longa fase de prostração econômica. O crescimento econômico acelerado, portanto, não teve início a contar das reformas de 1978, mas, na verdade, somente pôde ocorrer porque, três décadas antes, a consolidação do Estado nacional, em 1949, pavimentou o caminho para o seu aparecimento.”* (Monteiro Neto, 2005)

Sukup (2002) também tem uma opinião favorável ao líder conforme passagem abaixo:

*“Uma das grandes perguntas sobre a China contemporânea é a da verdadeira herança dos 27 anos de Mao Zedong no poder. Com seus êxitos, erros e aberrações e com todas as suas mudanças de rumo, essa época em que a China era mais uma vez um país quase totalmente fechado preparou o terreno para o país de hoje. Aliás, o que às vezes se esquece, segundo avaliação oficial posterior, 70% da política implementada por Mao era correta e só 30% errada. Mao tem lugar de honra, seja no museu de cera de Pequim, seja com seu enorme retrato na Tienanmen (Porta da Paz Celestial), seja ainda com um mausoléu na Praça de mesmo nome.”* (Sukup, 2002)

Em oposição à visão de Monteiro Neto e de Sukup, podemos utilizar como exemplo a visão de Kissinger (2011); na passagem abaixo o autor discute o que foi o governo de Mao Zedong para a história da China:

*“Somente quem viveu a China de Mao-Zedong pode apreciar plenamente as transformações realizadas por Deng Xiaoping. As fervilhantes cidades chinesas, os booms de construção, os engarrafamentos monstruosos, o dilema não comunista de uma taxa de crescimento ocasionalmente ameaçada pela inflação e, em outras*

*ocasiões, encaradas pelas democracias ocidentais como um baluarte contra a recessão global – tudo isso era inconcebível na insípida China maoista de comunas agrícolas, economia estagnada e uma população usando roupas padronizadas e professando fervor ideológico extraído do “Pequeno Livro Vermelho” de citações de Mao.”*

*“Mao destruiu a China tradicional e deixou os entulhos em blocos de construção para a modernização completa. Deng teve a coragem de basear a modernização na iniciativa e resistência dos chineses individualmente. Ele aboliu as comunas e promoveu a autonomia nas províncias para introduzir o que chamou de “socialismo com características chinesas”. A China de hoje – com a segunda maior economia mundial e o mais amplo volume de reservas em moeda estrangeira, e com inúmeras cidades exibindo orgulhosos arranha-céus mais elevados que o Empire State Building – é um testemunho da visão, da tenacidade e do bom-senso de Deng.”* (Kissinger, 2011)

Discutiremos durante esta seção as políticas adotadas por Mao Zedong durante o seu governo. No entanto, apesar de realmente comprovarmos a importância desse líder para a história chinesa iremos adotar o ano de 1978 como início do Milagre Econômico Chinês, conforme é utilizado na história do país.

No período de 1949 a 1958, Mao Zedong implementou diversas políticas para reestruturação da economia chinesa, baseado principalmente no modelo da URSS.

As principais políticas adotadas nesse período foram a reforma agrária, os planos quinquenais e o plano chamado “Grande Salto para Frente” de 1958. Conforme mencionado anteriormente, as medidas tinham como objetivo promover a indústria pesada e a disseminação de indústrias pelo território inclusive no campo além de aumentar a produtividade do setor agrícola.

Em relação à Reforma Agrária, as medidas adotadas não foram muito bem sucedidas, como podemos confirmar na passagem de Filippi (2008).

*“Durante a reforma agrária de 1947-1952, ocorre a preservação da classe agrária rica. Todavia, em 1952, o PCC - Partido Comunista Chinês - implementa uma reforma agrária com bases em parcelamento da terra e assentamento de um modelo de agricultura familiar. Tal sistema persiste até 1955-1956 quando tem lugar o advento das fazendas coletivas. Calcula-se que entre 50.000 e 100.000 indivíduos contrários ao modelo capitaneado por Mao Tse-Tung teriam sido encarcerados.”* (Filippi, 2008)

Os planos quinquenais foram adotados visando aumentar a produtividade tanto dos setores agrícolas como das indústrias. Em 1958, os planos quinquenais foram substituídos pelo plano O Grande Salto para Frente que, segundo Cardoso e Ramos (2011), visava transformar a China em uma potência industrial. No entanto, em vez de promover um enorme desenvolvimento o programa trouxe fome para a população devido a um problema de abastecimento.

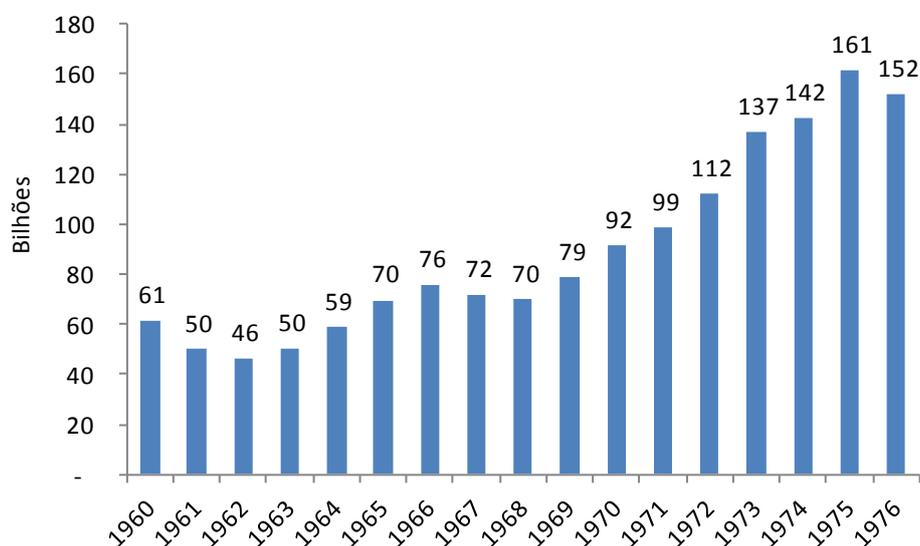
Por causa de uma sucessão de políticas mal sucedidas o nível de insatisfação da população começou a crescer, além disso, Cardoso e Ramos (2011) também comentam um descontentamento dentro do Partido Comunista e uma possível oposição começou a surgir. Mao Zedong, em contrapartida, resolve adotar a Revolução Cultural, uma política que visava principalmente promover o seu governo e acabar com qualquer oposição que surgisse.

A Revolução Cultural de 1968 e 1969 convoca jovens de todo o país para acabar com os velhos hábitos que não fossem considerados “comunistas”. Por isso, muitos intelectuais, artistas foram humilhados, ameaçados e mortos.

O plano também visava à promoção da imagem de Mao Zedong na forma de imagens, estátuas e o conhecido Livro Vermelho que anunciava as citações do líder.

Apesar, dos diversos problemas enfrentados nesse período, o governo de Mao Zedong não teve somente pontos negativos, o governante pegou uma China com sua economia devastada e com uma inflação fora do controle e conseguiu que, durante seus 27 anos no poder, a economia chinesa crescesse, em média, 7% a.a., conforme podemos ver no gráfico abaixo.

Gráfico 10: PIB da China entre 1960 e 1976 em bilhões de dólares correntes



Fonte: Banco Mundial

Durante seu governo, a China saiu de uma situação feudal para um importante produtor de aço, de petróleo e um dos primeiros no ranking de produtor de carvão.

Entre 1949 e 1976, a China teve um enorme desenvolvimento do setor agrícola, industrial, sua estrutura física obteve uma enorme melhora, modernizou sua estrutura de estrada de ferro e segundo Cardoso e Ramos (2011), aproximadamente 98% da população era beneficiada com a rede elétrica.

## **II.2. O Milagre Econômico Chinês – 1978 até os dias de hoje.**

O Milagre Econômico chinês que começa em 1978 e dura até hoje, com a China apresentando taxas de crescimento do PIB de, em média, de 10% a.a., é marcado por três gerações do Partido Comunista Chinês, Deng Xiaoping é, provavelmente, a figura mais marcante dessa fase da história chinesa, seguido por Jiang Zemin e a geração que hoje vemos no poder liderado por Hu Jintao.

Deng Xiaoping está presente na história da China desde a Revolução Chinesa e durante todo o período do governo de Mao Zedong participou em alguns momentos de dentro da política. Durante a Revolução Cultural, foi exilado.

Deng Xiaoping entendia todos os meandros da estrutura política e econômica chinesa e logo quando se tornou Chefe de Estado introduziu diversas mudanças nas características econômicas da China.

As reformas implantadas por Deng tinham fortes conotações capitalistas, o que era bastante contraditório já que o governo era declaradamente socialista. Dessa forma, quando o mundo começa a questionar qual sistema a China estava usando e se, afinal, ela havia se rendido ao mundo capitalista, Deng Xiaoping faz um discurso que ficou para a história: “Amarelo ou preto, gato bom é o que sabe caçar ratos”, ou seja, a China não estava se baseando nem em um modelo nem em outro, estava criando um sistema novo e próprio em que somente importava o crescimento econômico. O novo modelo chinês foi nomeado “economia de mercado socialista com características chinesas”.

Vale ressaltar que desde Mao Zedong não houve, até hoje, alternância entre partidos na China. Há somente o Partido Comunista Chinês e a escolha dos representantes é feita internamente pelo partido. Dessa forma, não houve mudanças bruscas na condução das políticas econômicas chinesas. Nesta seção, iremos analisar cada política durante todo o período de Milagre e observar suas nuances durante esses 34 anos.

No campo, a reforma implantada foi à introdução dos contratos. Nesse sistema, as terras são propriedade do governo e são contratadas por um período de 30 anos pelas

famílias camponesas. Dessa forma, a produção agrícola passa a ser administrada pelos próprios produtores e não mais pelo governo. Uma parte da produção, definida por contrato, é destinada ao Estado, uma segunda porção vai para a vizinhança e o restante fica para a subsistência da família e para comercialização por conta própria. Nessa nova estrutura rural, o igualitarismo<sup>20</sup> e a excessiva centralização da administração são banidos. Essa reforma foi muito importante no novo sistema chinês e será o primeiro passo para mudanças parecidas. Por isso, iremos comentar a nova estrutura no campo mais a frente.

Nas cidades, a mudança está focada nas atitudes das empresas, a partir daquele momento, os novos empresários e executivos teriam direitos autônomos, com liberdade para tomar decisões e responsabilidade pelos lucros e perdas.

Martins (2005) comenta essa reforma da atitude do Estado perante as empresas na seguinte passagem:

*“Assim, o problema da economia chinesa consistiria, agora, não só em alterar as velhas formas de propriedade e de gestão das empresas, ainda atadas à economia planificada (as mais de 100 mil empresas estatais continuam responsáveis por cerca de 60% da produção industrial), mas, sobretudo, em fazer com que seus gestores possam tomar decisões com independência e autonomia, arcando com a responsabilidade por suas conseqüências, conforme as leis da economia de mercado. Foi adotada até a Lei de Falência.”* (Martins, 2005)

Com essa reforma, o papel do governo na economia diminui, passa a ser papel das empresas assumirem seus próprios riscos e aplicar seus próprios princípios e métodos de gestão.

Martins (2005) comenta uma passagem de Deng Xiaoping sobre a descentralização e a democratização do sistema econômico; segundo o autor, o líder chinês acreditava que o sistema econômico até então vigente pecava por excesso de concentração, o certo seria que o governo treinasse a descentralização de forma planificada. O governo chinês a partir daquele momento deveria favorecer a iniciativa do Estado central, mas também das administrações locais e regionais, das empresas e dos próprios trabalhadores.

A partir dessas mudanças básicas na estrutura da sociedade chinesa podemos apontar as forças motrizes do Milagre Econômico Chinês. Para isso, o trabalho será baseado na divisão de Nonnenberg (2010).

---

<sup>20</sup> Segundo Martins (2005), a política de igualitarismo significa “comer todos por igual na mesma panela”.

A primeira política adotada que viabilizou o crescimento chinês é a liberalização do sistema de formação de preços, sem essa política não seria possível o bom funcionamento das outras medidas. No governo de Mao Zedong os preços eram controlados pelo Estado. Na reforma foi adotado um sistema duplo.

Sua implementação foi pela primeira vez vista no meio rural. Conforme explicado anteriormente, na reforma ocorrida no campo, o governo fixava uma cota da produção que deveria ser entregue ao Estado a um preço pré-determinado por contrato e o restante da produção poderia ser livremente negociado. Como consequência, houve um aumento da produtividade rural, refletindo no emprego e na renda dessas famílias.

A partir da liberalização dos preços no campo, gradativamente, os preços de outros produtos foram liberalizados. Segundo Nonnenberg (2010) esse processo foi bastante intenso entre 1978 e 1992.

Em 1978, aproximadamente 98% dos preços dos bens vendidos no varejo eram guiados, em 1988, esse percentual passa para 55% e em 1992 para 7%, caindo gradativamente a partir daquele ano.

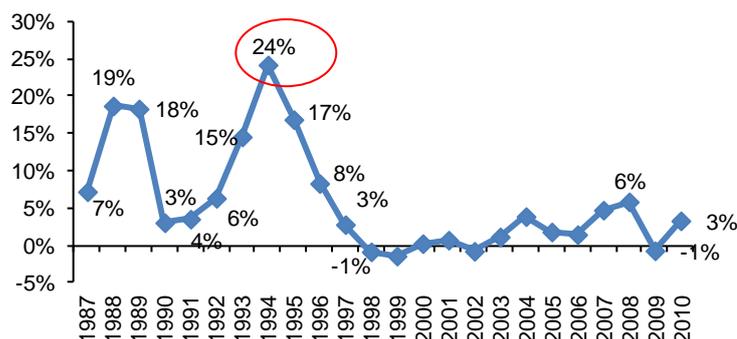
A liberalização dos preços tem como consequência a inflação. Segundo Nonnenberg (2010), normalmente a oscilação dos preços na China está ligada a dois fatores, a liberalização dos preços e o afrouxamento da política monetária para permitir um maior investimento das empresas estatais.

Entre 1978 e 1995 houve uma forte variação dos preços, sendo 1981, 1985, 1988 e 1994 os anos de pico, chegando a 24% a.a., conforme gráfico abaixo<sup>21</sup>. A partir de 1994 os preços retrocederam, chegando a um valor abaixo de 5% em 2006.

---

<sup>21</sup> Os dados de 1981 e 1985 não foram disponibilizados pelo site do Banco Mundial

Gráfico 11: Inflação chinesa entre 1987 e 2010



Fonte: Banco Mundial

A liberalização dos preços foi a primeira medida que se aproxima do modelo capitalista. A partir desta, podemos identificar a segunda política adotada, a criação das Zonas Econômicas Especiais.

Inicialmente foram criadas quatro zonas em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, todas localizadas no litoral sul. A medida foi tão bem sucedida que o governo chinês, em 1984, criou mais 14 ZEEs ao longo do litoral.

Nas ZEEs havia uma forma de controle diferente do resto do país, a medida visava captar a tecnologia e a experiência de gestão empresarial de países estrangeiros.

Martins (2005) identifica cinco formas de processamento específicas para as áreas das ZEEs, estas são: (a) a partir de insumos e outros materiais fornecidos por clientes do exterior, (b) montagem de peças provenientes de outros países, (c) comércio compensatório, (d) joint ventures, mediante cooperação e (e) iniciativas com capital exclusivamente estrangeiro.

Nas ZEEs, o objetivo do governo chinês, segundo Martins (2005), era absorver capitais, tecnologia e experiência administrativa avançada de outros países, familiarizar-se com o mercado internacional, ampliar suas exportações, ativar a cooperação econômica e tecnológica internacional e preparar pessoal econômico, comercial, científico e tecnológico. Dessa forma medidas diferenciadas como o sistema de impostos foram implementadas. As principais atividades dessas zonas eram a exportação e o processamento englobando ciência, indústria e comércio.

Martins (2005) comenta a importância das ZEEs no crescimento chinês:

*“Essas diversas formas de cooperação possibilitaram extraordinária atração de investimentos externos e assimilação de tecnologias e métodos de gestão e administração empresarial dos*

*países desenvolvidos. A crescente ampliação da abertura para o exterior e o acelerado desenvolvimento da região litorânea, onde vivem mais de 200 milhões de pessoas, impulsionaram energicamente a reforma e abertura, assim como a construção econômica em outras regiões do País, especialmente agora, na Marcha para o Oeste, quando todas as províncias do Leste são obrigadas a investir em obras de infraestrutura nas regiões central e ocidental do País, inclusive em regiões em que predominam populações de etnias minoritárias, como o Xingjiang e o Tibete.” (Martins, 2005)*

Dentre os objetivos da criação das ZEEs podemos identificar mais duas forças motrizes do Milagre Econômico Chinês, a atração de tecnologia e a liberalização do comércio exterior e conseqüente aumento das exportações.

Inicialmente, existia o compromisso de uma transferência de tecnologia das empresas estrangeiras para o mercado chinês. Além disso, como o objetivo do governo era absorver a qualquer custo o conhecimento, a tecnologia e os meios de produção das empresas estrangeiras não teria sentido haver leis protegendo a propriedade intelectual. Segundo Nonnenberg (2010), havia até recentemente a necessidade de um sócio chinês para entrar no país e o que costumava acontecer era que o local se apropriasse do conhecimento da multinacional e começasse a produzir o mesmo produto a preços mais baixos. Após a entrada do país na OMC, a maioria dessas políticas tornou-se ilegal. No entanto, a transferência indireta<sup>22</sup> continua ocorrendo e incentivando o crescimento chinês.

Para viabilizar e facilitar a entrada dos investidores estrangeiros o governo chinês precisava proporcionar uma estrutura de logística e transporte. Amaral (2005) comenta a importância que o governo chinês deu para tais fatores:

*“Quando tratamos da troca de mercadorias entre países, o porto acaba sendo o nó crítico da logística internacional. Então, o governo chinês investiu altas somas na modernização de seus portos, ao mesmo tempo em que investiu maciçamente na construção de um novo e moderno sistema portuário. Os portos chineses apresentam uma grande capacidade na movimentação de contêineres e baixos custos operacionais. [...] No segmento de transporte, a China implementa, atualmente, o maior programa mundial de construção de rodovias. No sistema ferroviário, modal mais econômico para se transportar grandes volumes a grandes distâncias, o gigante asiático investiu só em 2004 a significativa soma de US 6,45 bilhões, e até 2020 investirá mais US \$ 200 bilhões na ampliação da malha existente e na compra de novas locomotivas e de novos vagões.” (Amaral, 2005)*

---

<sup>22</sup> Através da rotatividade dos empregados, dos executivos, utilização dos mesmos fornecedores, entre outros.

Segundo Martins (2005), o sistema tributário chinês também passou por reformas a partir de 1994. Atualmente são 25 tributos, sendo 14 destinados a empresas estrangeiras.

No entanto, indiscutivelmente, a política adotada pelo governo que mais influenciou o crescimento chinês foi a liberalização do comércio exterior. No período de Mao Zedong o comércio exterior era controlado pelo governo e tanto as importações quanto as exportações cresciam lentamente.

Mesmo nos primeiros anos do governo de Deng Xiaoping o sistema de regulações do comércio exterior era bastante complexo. A partir da década de oitenta, algumas medidas de liberalização foram adotadas como a redução das regulações quantitativas. No entanto, à medida que essas regulações eram extintas as tarifas aduaneiras aumentaram.

A partir de 1985, começa uma política de redução de tarifas, mas há um aumento de barreiras não tarifárias. Segundo Nonnenberg (2010), a abertura ao comércio exterior foi acelerada visando a entrada da China na OMC que ocorreu em 2001.

Dessa forma, ao longo do tempo as tarifas foram diminuindo, as barreiras não-tarifárias foram extintas, o sistema ficou mais simples e na última década foram selados alguns acordos comerciais com países asiáticos.

Quando analisamos as exportações chinesas, percebemos que foram os produtos manufaturados que impulsionaram o crescimento. No entanto, muitas mudanças vêm ocorrendo e a China busca desde o governo de Deng aumentar sua capacidade tecnológica. Dessa forma, o aumento da produtividade dos fatores de produção é, a partir da década de noventa, um dos principais fatores de contribuição ao crescimento chinês.

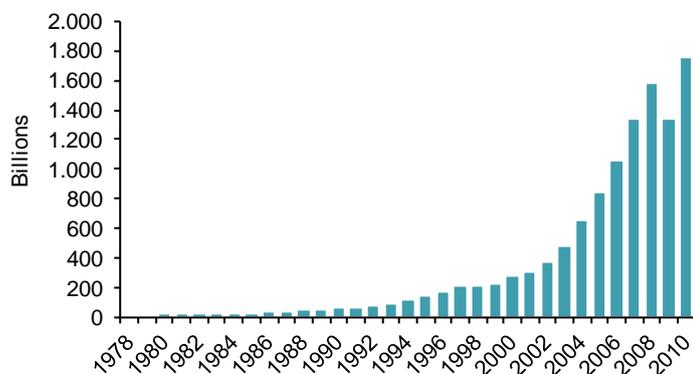
A estrutura produtiva chinesa durante os anos vem mudando e cada vez o valor agregado dos produtos exportados é maior, assim como o conteúdo tecnológico. O gráfico 12 mostra o valor das exportações anuais em dólares correntes de 1978 a 2010. Neste período, houve um crescimento acumulado de 17.811% no valor exportado pela China.

Contribuindo para este crescimento, ocorreu uma mudança da composição das exportações chinesas, indicada na seguinte passagem de Diegues e Angeli (2011):

*“Em síntese, ao se analisar a evolução das exportações chinesas desde 1980 pode-se concluir que (a) ao longo do tempo tais exportações deslocaram-se de produtos primários para produtos industrializados e que (b) dentro dos produtos industrializados tais exportações tem se concentrado cada vez mais e em um ritmo bastante*

*intenso em setores dinâmicos, e tecnologicamente mais complexos e, portanto, com maior produtividade.” (Diegues e Angeli, 2011)*

Gráfico 12: Exportações da China (em US\$ correntes)



Fonte: Banco Mundial

O aumento das exportações tem como consequência o aumento das importações de partes, peças e fatores que fazem parte das cadeias produtivas. Estas, quando comparadas com o mesmo período, cresceram 14.418%, como podemos ver no gráfico 13.

No entanto, com o tempo, houve um aumento não só de partes e peças de produtos manufaturados, mas também a matéria prima e os bens de capital para produzi-los.

Segundo Nonnenberg (2010), a importação de combustíveis e minerais também apresenta crescimento desde 2003. O aumento da demanda por combustíveis deveu-se a um déficit de fontes de energia no país, principalmente petróleo. As importações do produto, em 1990, eram de apenas 6,6% do consumo, em 2000, passam a ser 43,1% e, em 2006, 55,8%.

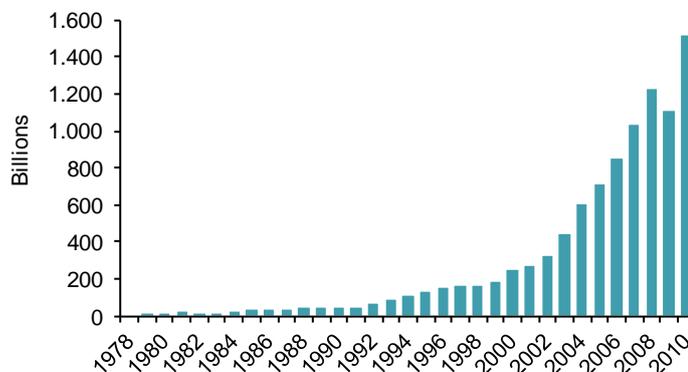
No caso dos minerais, apesar de a China ser o maior produtor de minério de ferro do mundo, a importação do produto vem aumentando devido a um crescimento da demanda maior do que da oferta interna.

Amaral (2005) comenta a importância das importações e exportações chinesas na seguinte passagem:

*“As importações garantiram o acesso da China a equipamentos e tecnologias avançadas, permitindo que o país modernizasse a sua economia. As exportações forneceram recursos em moeda estrangeira necessários para adquirir as tecnologias e equipamentos importados, e aumentaram substancialmente as oportunidades de emprego e renda. Nos últimos 25 anos, a China*

*tirou da situação de pobreza absoluta cerca de 400 milhões de pessoas (mais que o dobro da população brasileira) e quadruplicou a renda média da população.” (Amaral, 2005)*

Gráfico 13: Importações (em US\$ correntes)

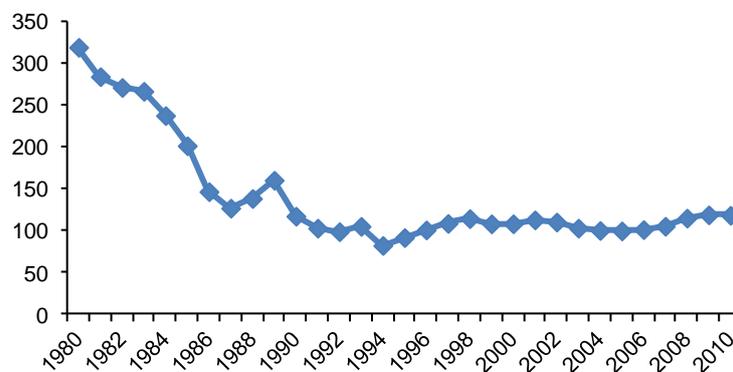


Fonte: Banco Mundial

No entanto, essas políticas não teriam sucesso sem a política cambial implementada. O aumento das exportações se deveu a desvalorização do yuan, ocorrida entre 1990 e 1994. Podemos visualizar essa tendência de queda quando analisamos o gráfico 14 que mostra o índice da taxa de câmbio real efetiva da moeda chinesa. De 1980 a 1994, o índice cai gradativamente e a partir desse ponto permanece estável.

Com essa política, os produtos chineses ficaram bastante competitivos quando comparados aos internacionais, aumentando a exportação e permitindo a liberalização das importações.

Gráfico 14: Índice da taxa de câmbio real efetiva (2005 = 100)

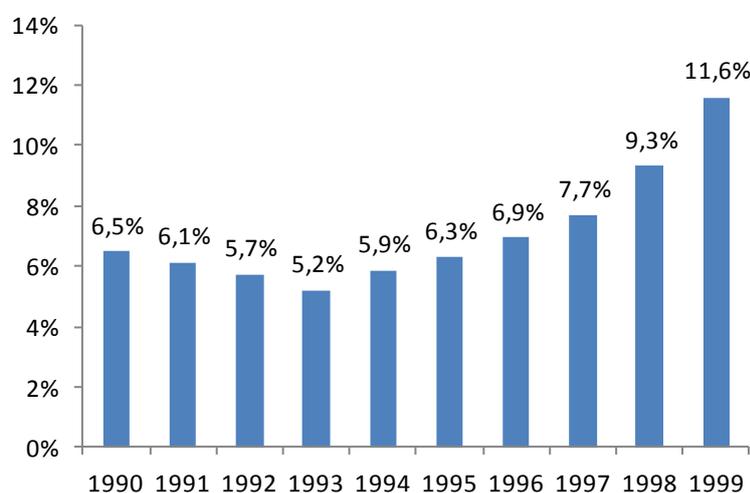


Fonte: Banco Mundial

Diegues e Angeli (2011) comentam que apesar de, na verdade, as exportações líquidas terem crescido menos do que as exportações por causa do aumento das importações, o crescente superávit comercial representa uma importante fonte de dinamismo para a economia chinesa.

O acelerado crescimento das exportações gerou um crescente saldo externo da China, o que refletiu diretamente no aumento da dívida pública. No entanto, Nonnenberg (2010) ressalta que a dívida pública chinesa inicialmente tinha um nível relativamente baixo e tal crescimento não afetaria a economia tão fortemente. Podemos ver o crescimento da dívida pública chinesa no gráfico abaixo:

Gráfico 15: Total da dívida pública chinesa (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial

Em 1999, a dívida chinesa atingiu aproximadamente 12% do PIB um crescimento durante a década de 6 p.p., em valores o governo chinês passou de US\$ 23 bilhões de endividamento para US\$ 125 bilhões o que parece ser bastante significativo. No entanto, quando comparamos com outros países como Inglaterra, França e Estados Unidos o endividamento chinês é relativamente pequeno corroborando com a afirmativa de Nonnenberg. Em 1999, a dívida francesa representava 61% do PIB do país, um valor de US\$ 892 bilhões, no caso da Inglaterra o nível de endividamento do governo era de 47,5% do PIB equivalente a um valor de US\$ 713 bilhões já os Estados Unidos, em 2001, tinha uma dívida pública de 32,5% do PIB, um valor de US\$ 3 trilhões.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Dados do Banco Mundial. O site não disponibiliza informações mais recentes.

A quinta força motriz identificada foi o crescimento dos Investimentos Externos (IDEs), com a implementação das ZEEs, as multinacionais entraram com toda força no território chinês procurando os incentivos mencionados anteriormente como benefícios fiscais, edificações, benefício de infraestrutura de energia e transporte bem como a proximidade dos fornecedores, centros de pesquisa, incubadoras de empresas e laboratórios fazendo com que haja um transbordamento de tecnologia capaz de promover o crescimento chinês. Tal ocorrência também é identificada por muitos autores como uma das principais políticas que não só viabilizaram o crescimento, mas o vem mantendo à altas taxas.

Segundo Martins (2005) desde 2002 a China alcançou os Estados Unidos e tornou-se o maior receptor de investimentos estrangeiros. Para o autor tal política é extremamente importante porque introduz cada vez mais projetos de alta tecnologia graças ao crescente mercado interno e externo, garantias legais e transparência nas relações comerciais levando a um aumento crescente das exportações de produtos de alto valor agregado.

Vale ressaltar que o desenvolvimento da China nesse período obviamente não se deveu somente de políticas internas. Decisões de outros países influentes e mudanças nas relações econômicas também influenciaram e viabilizaram esse período. Diegues e Angeli (2011) apontam uma dessas influências externas na economia chinesa:

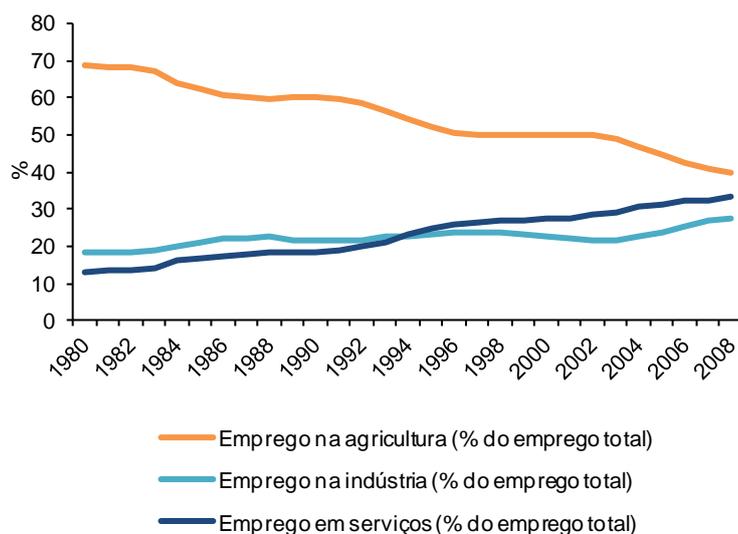
*“Além dos efeitos decorrentes de diretrizes políticas estratégicas internas como o estabelecimento de Zonas Econômicas Especiais, tal crescimento rápido e substantivo foi impulsionado pelas transformações na forma de organização produtiva em escala global, principalmente pelo surgimento da empresa em rede. A partir deste novo modelo surgido na década de 80 observou-se um movimento de segmentação e espraiamento global das diversas atividades da empresa organizada em rede, fato este que fez com que parcela significativa das atividades manufatureiras das empresas num primeiro momento estadunidenses e em seguida asiáticas e européias se dirigisse para países da periferia do sistema capitalista. Aliando este movimento às políticas internas de favorecimento às atividades exportadoras, a China emergiu já a partir de meados dos anos 1980 e principalmente em meados da década seguinte como importante site receptor de IDE.” (Diegues e Angeli, 2011)*

No entanto, Monteiro Neto (2005) comenta que apesar da existência de políticas de incentivo ao IDE desde a década de oitenta, tal fluxo só se intensificou a partir dos anos noventa quando o governo decidiu liberalizar o seu regime de IDE. Mesmo assim, segundo o autor, não é possível afirmar que a economia chinesa seja aberta. Monteiro Neto (2005) também comenta as características de tal fluxo na seguinte passagem:

*“Em suma, os fluxos recentes do IDE que se endereçaram à economia chinesa têm, de um lado, sido extremamente relevantes para dar solidez à sua máquina exportadora, respondendo por, em média, 50% das exportações industriais totais do país, mas, de outro lado, não apresentaram o padrão habitual de alta concentração setorial da produção, com os investimentos se espalhando quase uniformemente por um amplo espectro de ramos industriais.” (Monteiro Neto, 2005)*

A sexta variável identificada por Nonnenberg (2010) como uma força motriz do Milagre Econômico chinês é a quantidade de mão de obra. Entre 1978 e 2006, o número de trabalhadores nas cidades cresceu 198%. Isso só foi possível devido à enorme quantidade de mão de obra rural com baixa produtividade que migrou para as cidades, conforme mostra o gráfico 15, além da manutenção do baixo nível dos salários, mesmo com o aumento da demanda por trabalhadores.

Gráfico 16: Emprego nos três principais setores da economia (% do emprego total)



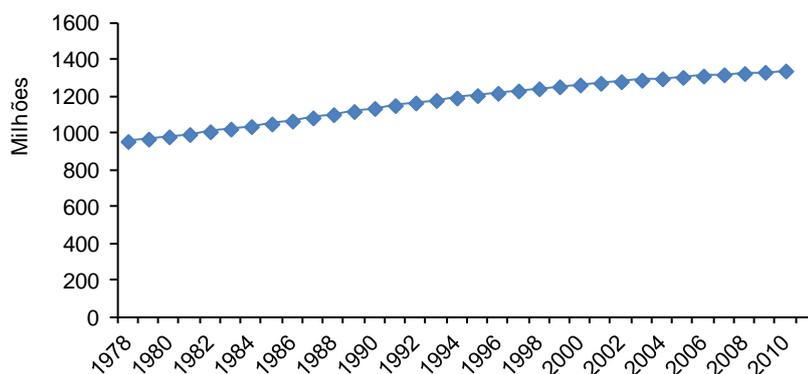
Fonte: Banco Mundial

O tamanho da mão de obra é um reflexo do tamanho da população chinesa, hoje com aproximadamente 1,3 bilhões<sup>24</sup>. Essa característica favorece o ganho de economias de escala e é um enorme mercado consumidor. No gráfico 16, podemos ver o crescimento de 40% da população chinesa no período de milagre. Vale ressaltar que apesar de haver diversas políticas de controle de natalidade, a população chinesa cresce fortemente.

<sup>24</sup> Valor retirado do banco de dados do Banco Mundial referente a 2010

Nonnenberg (2010) fornece alguns números ilustrativos do ganho de economia de escala chinesa. A China é atualmente o maior produtor de televisões, com uma produção anual de 83 milhões de unidades; a produção anual de aço bruto é 1355% maior do que a brasileira; a produção de caminhões é 10 vezes maior; e a produção de cimento 30 vezes maior.

Gráfico 17: População Chinesa de 1978 a 2010

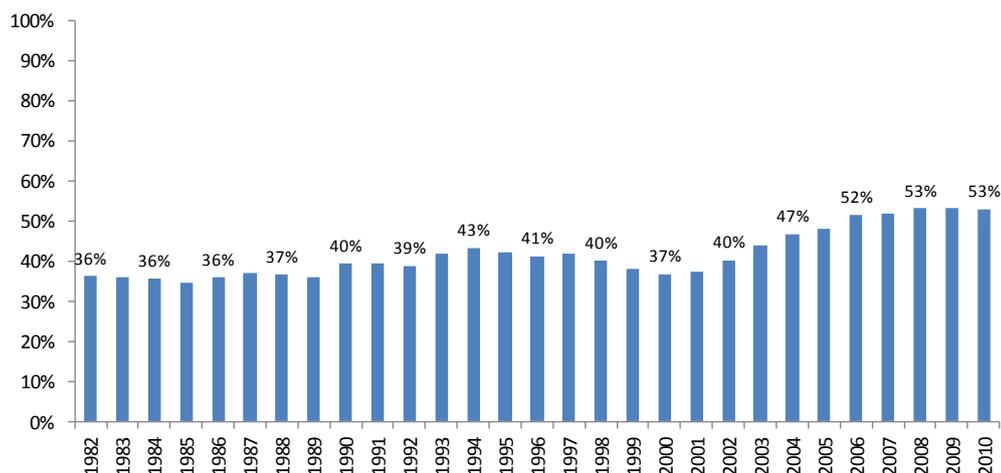


Fonte: Banco Mundial

O alto nível de poupança na China pode ser apontado como a sétima força viabilizadora do crescimento do país. Conforme o gráfico abaixo, a representatividade da poupança no PIB do país é em média de 41% durante o período do Milagre, sendo que desde 2006, a poupança representa mais do que 50% do PIB.

Fica evidente a força da poupança no crescimento da China quando comparamos a representatividade da poupança no PIB deste país com casos como o do Brasil ou dos Estados Unidos. No Brasil, a poupança representa apenas 18% do PIB de 2010, nos Estados Unidos tal representatividade cai para 11,5% no mesmo período.

Gráfico 18: Poupança Bruta China (% do PIB)



*Fonte: Banco Mundial*

Segundo Nonnenberg (2010), o alto nível de poupança das famílias se deve ao fato de o governo cobrar gastos com saúde, previdência e educação obrigando as famílias a guardarem dinheiro para eventuais incidentes. Por outro lado, no caso das empresas, o autor identifica como causa do alto nível de poupança, os altos lucros, a facilidade de pegar empréstimos a juros baixos, o pequeno nível de salário e os benefícios fornecidos nas ZEEs. Finalmente, Nonnenberg (2010) explica que o alto nível de poupança do Estado se deve aos baixos custos com saúde, educação e previdência que também são a causa do alto nível de poupança das famílias, ou seja, o modelo tornou-se um ciclo.

Não podemos deixar de identificar o governo autoritário do Partido Comunista Chinês como a oitava e última força motriz do Milagre Econômico. Muitas medidas adotadas só foram possíveis e bem sucedidas porque a população chinesa está sujeita às decisões deste governo que tem como uma ferramenta de política o controle da população, como por exemplo, sua mobilidade pelo país.

Nonnenberg (2010) aponta a importação de petróleo como medidor do crescimento chinês uma vez que a China hoje é o segundo país que mais importa petróleo, atrás somente dos Estados Unidos.

É importante ressaltar que a intensidade da aplicação das oito forças motrizes identificadas nesta seção foi aumentando ao longo dos anos do Milagre Econômico. As políticas foram ganhando importância e força ao longo dos anos e mesmo hoje podemos afirmar que a China não está toda aberta para o comércio exterior ou para as relações internacionais.

No entanto, o governo de Hu Jintao está tentando mudar tal concepção. Além das medidas econômicas descritas anteriormente, o governo chinês investe na mudança de imagem da China em relação ao resto do mundo, e visa principalmente retirar a associação do governo com os eventos de Tiananmen<sup>25</sup>, até hoje muito forte na memória das entidades internacionais. Além da abertura política e do aumento das relações internacionais, a China está investindo em acordos econômicos e políticas diplomáticas.

Em relação aos acordos internacionais, a China está dando forte atenção a sua posição em relação ao resto da Ásia. Oliveira (2008) destaca o investimento chinês nas relações com a Rússia, os países da Ásia Central e com a Índia. A China também criou a Organização de Cooperação de Shanghai (OCS) um grupo econômico no qual o país tem papel de liderança. Nesta organização estão presentes países como China, Rússia, Cazaquistão, Quirquístão, Tadjiquístão e Uzbequistão, Índia, Irã e Paquistão, estes divididos entre membros permanentes e não permanentes. Os interesses da China nestas relações, segundo o mesmo autor, não tem somente o âmbito econômico, como exemplo o fornecimento de hidrocarbonetos, mas especialmente a vontade de obter alguma liderança política em relação a esses países para principalmente contrabalançar a influência americana na região. A China também possui estratégias de aproximação com a África, o Oriente Médio e a América Latina principalmente visando recursos naturais.

No período de Milagre Econômico chinês não foi só a economia que se desenvolveu, mas também a estrutura das cidades e o nível social da população Nonnenberg (2010) comenta tal crescimento:

*“O PIB per capita (PPP) cresceu quase dez vezes entre 1978 e 2004, de acordo com o Center for International Comparisons of Production, Income and Prices, da Universidade da Pennsylvania. De acordo com dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China passou de 0,53 em 1975 para 0,78 em 2006. O grau de urbanização também foi impressionante. A população urbana, que representava cerca de 18% do total em 1978, passou a quase 44% em 2006.” (Nonnenberg, 2010)*

Martins (2005) também comenta a melhora da qualidade de vida dos chineses em geral:

*“As realizações dos últimos 26 anos só foram possíveis com a superação da esquerdite aguda do final do período maoísta e o advento da chamada era Deng. Os extraordinários êxitos do processo*

---

<sup>25</sup> Tiananmen: No ano de 1989, ainda durante governo de Deng Xiaoping, houve uma série de manifestações estudantis na Praça da Paz Celestial em Pequim. Tal evento ficou marcado na história da China devido a resposta do governo contra tais protestos. Para conter uma manifestação estudantil e de alguns trabalhadores o governo enviou o exército, levando a um massacre.

*de Reforma e Abertura, já não surpreendem ninguém; viraram rotina, pois a China tem registrado neste quarto de século uma taxa de crescimento médio anual de 9%, enquanto a renda per capita cresceu sete vezes. Com isto, conseguiu, entre outros feitos, arrancar da faixa da pobreza 350 milhões de chineses das zonas rurais de todo o País, solucionando-lhes, no fundamental, as questões de alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação. A solução destes três problemas de uma população pobre tão numerosa em tão curto período constitui um feito inédito na história da humanidade, devendo constar como inegável conquista da luta pelos direitos humanos fundamentais naquele País.” (Martins, 2005)*

Apesar do forte desenvolvimento econômico trilhado pelo governo chinês ainda existem muitos problemas a serem enfrentados. Castells (1999) aponta cinco questões de atenção: (a) o forte êxodo rural provocado pela modernização de agricultura, (b) o suprimento de água tratada, (c) a manutenção do crescimento econômico sem gerar desemprego e sem descuidar da segurança nacional, (d) a solidificação do conhecimento tecnológico e (e) a resolução das tensões entre as províncias que se desenvolveram de forma desigual principalmente porque estas possuem a independência de fazerem associações econômicas com outros países.

O governo de Hu Jintao, para resolver o problema da água tratada, principalmente nas cidades onde a população cresce a cada ano está liberando as restrições à entrada de empresas estrangeiras especializadas no fornecimento desse serviço.

Em relação ao último ponto a desigualdade entre as províncias, Monteiro Neto (2005) também comenta esse problema na seguinte passagem:

*“Uma preocupante trajetória de desigualdades regionais vem se consolidando na China moderna. De um lado, está claro que as províncias localizadas na região ocidental do país são as que menos se desenvolvem. [...] A evidência empírica apontou que os diferenciais interprovinciais de renda per capita tiveram uma tendência de aumento entre os anos de 1953 e 1990. De modo particular, o que explica parte desse padrão é o maior crescimento ocorrido nas províncias situadas na área costeira do país e que já estavam em estágio adiantado de desenvolvimento. Essas províncias estão se tornando mais homogêneas entre si em termos do seu nível de renda per capita mas estão perigosamente se distanciando das províncias das demais regiões.” (Monteiro Neto, 2005)*

Como podemos ver no trecho abaixo, Santiso (2009) também encontra outro problema que a China Moderna vem enfrentando, a estrutura populacional:

*“Os desafios chineses, entretanto, vão mais além da conjuntura. Como nenhum outro país emergente, a China depara-se a médio prazo com o repto de não apenas uma, mas de três transições demográficas de grande calado. Não apenas precisa enfrentar uma urbanização acelerada de sua população, mas também o envelhecimento acelerado (deste ponto de vista sua "idade de ouro" demográfica já passou, ao contrário da Índia) e a um descompasso de*

*gênero sinalizando que o equivalente à população da Espanha não encontrará parceira no futuro. Em breve, haverá entre 40 milhões e 60 milhões de homens a mais do que mulheres, como consequência da política de natalidade levada a cabo nas décadas anteriores.”*  
(Santiso, 2009)

Apesar dos problemas apontados acima, o desempenho do país ao longo desses 34 anos de Milagre Econômico é excepcional ainda mais se pensarmos que durante esse período a China enfrentou a Segunda Crise do Petróleo de 1979, a Crise do Japão de 1990, a crise Financeira da Ásia de 1997/1998, a Crise Financeira Russa de 1998 e finalmente a última Crise Econômica Mundial de 2008 a qual a China atravessou com bastante facilidade. Portanto, não podemos afirmar que a base que viabiliza esse alto nível de crescimento não seja forte, no entanto, o que se questiona é até quando essa estrutura sustentará um crescimento acelerado por um longo período nunca antes visto.

Vale ressaltar que o que estamos discutindo não é se a China parará de crescer, mas sim até quando ela irá crescer às taxas próximas de 10% a.a.

Nos últimos dados econômicos divulgados pelo governo Chinês percebe-se que sustentar esse nível de crescimento já não está mais tão fácil, Os dados de produção industrial, consumo doméstico e setor imobiliário estão crescendo abaixo daqueles apresentados nos últimos anos e as políticas de incentivo a economia já não tem mais a força de outrora. O governo central não tem mais tanta flexibilidade de aumentar os gastos públicos uma vez que, como mencionado acima, existe o temor que os governos regionais não sustentem esse aumento de despesas, além disso, ainda existe o temor da alta da inflação vivenciada em 2008 e que até hoje não conseguiu ser reduzida aos níveis anteriores.

No próximo capítulo iremos fazer uma breve comparação entre a experiência vivida pelo Japão e a que esta sendo vivida pela China. O objetivo do capítulo será entender quais fatores podem ser considerados como os verdadeiros viabilizadores ou sustentadores desse Longo Milagre Econômico Chinês.

### III. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Nesse capítulo iremos fazer uma breve comparação entre os dois casos em questão o Milagre Econômico Japonês de 1952 a 1973 e o Milagre Econômico Chinês de 1978 até hoje. Conforme, analisado em cada capítulo anterior iremos comparar as forças motrizes identificadas bem como questões geográficas e políticas de cada momento em que os países passavam nestes períodos.

Depois de feitas as devidas comparações, serão discutidas quais as possíveis políticas e características da China que podem ser consideradas uma base mais forte do que as existentes no Milagre Japonês, que viabilizaram a permanência das altas taxas de crescimento chinês, ou seja, a permanência de um Milagre Econômico por mais de 34 anos. Também iremos introduzir a opinião de alguns especialistas sobre o futuro da economia chinesa com o objetivo de sustentar o que será analisado a partir da comparação.

Dessa forma, o capítulo será dividido em duas seções: na primeira seção iremos comparar os dois casos e apontar as semelhanças e diferenças e na segunda seção serão discutidos os parâmetros para o futuro do Milagre Chinês.

Vale ressaltar que esse trabalho não pretende dar uma conclusão assertiva quanto ao futuro da China. Somente o que foi escrito sobre o assunto por especialistas e o que já estudamos nos capítulos anteriores será a base para discutir o que poderia ser considerado como embasamento para uma continuação desse alto crescimento chinês. Como não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo da China nem quais serão os cenários econômicos futuros não podemos nos propor a fazer tal previsão.

#### III.1. Comparação entre os casos

Primeiramente, é importante ressaltar que enquanto o Milagre Econômico Japonês durou apenas 20 anos, o Milagre Econômico Chinês já dura 34 anos e por enquanto não mostra sinais claros de que está acabando.

A semelhança mais evidente que pode ser apontada entre os dois países é que tanto a China quanto o Japão são países orientais com histórias milenares. Ambos os países tem sua sociedade formada bem antes de qualquer expansão territorial européia ou descobrimento das Américas.

Além disso, tanto a China como o Japão, quando tiveram contato com o mundo ocidental foram bastante resistentes a essa relação e preferiram por muito tempo permanecer fechados às relações internacionais e principalmente ao comércio com outros países. Por isso, no período antes de seus milagres (a China no início da década de setenta e o Japão na década de quarenta) eram países principalmente agrários e extremamente atrasados tecnologicamente quando comparados com o mundo ocidental.

No entanto, apesar de tanto a China quanto o Japão terem resistido à abertura às relações internacionais tal medida não poderia ser adiada por muito tempo uma vez que ambos os países não conseguiriam se desenvolver apenas com uma produção de subsistência, ambos dependem do comércio exterior.

No Japão existem limitações territoriais e climáticas que impedem a agricultura de diversos produtos. Isso, na época, ainda era pior uma vez que o país não possuía o conhecimento tecnológico que tornava possível algumas agriculturas. Além disso, naturalmente, no território japonês há uma escassez ou mesmo a inexistência de diversas matérias primas essenciais, como o petróleo.

As limitações da China são principalmente causadas por sua população extremamente numerosa e pelo tamanho da área agricultável do país. Apesar de a China possuir 9,57 milhões km<sup>2</sup> de território<sup>26</sup> somente 10% a 15% da área é agricultável (Sukup, 2002). Apesar de no território chinês haver recursos como minério de ferro e carvão, hoje em dia a China depende de importações dessas e outras matérias primas.

Em relação às políticas fiscais, começaremos pela exportação, conforme apontado nos capítulos anteriores, a desvalorização da moeda local é uma das forças motrizes adotadas pelas duas economias. O objetivo dos governos com essa política foi tornar os produtos locais mais baratos e competitivos no comércio exterior, incentivando a exportação. Ambos os governos incentivaram bastante essa política e conforme a economia dos países foi se consolidando o valor das exportações foi aumentando e a participação desses países no comércio exterior cresceu.

No fim da década de setenta e na década de oitenta, apesar de não ser mais o período de Milagre Econômico, o Japão se tornou uma referência para produtos de tecnologia de ponta, aumentando assim o valor de suas exportações.

No entanto, conforme mencionado anteriormente, a economia de ambos os países no início do período de milagre estava extremamente atrasada em relação às

---

<sup>26</sup> Dados da CIA

economias ocidentais, portanto, para aumentar os valores de suas exportações, primeiramente tais economias deveriam absorver a tecnologia já existente e aprimorá-la. Visando este objetivo, tanto a China quanto o Japão incentivaram que as empresas locais absorvessem a tecnologia estrangeira.

Todavia, a forma como cada país aplicou essa iniciativa foi diferente. Enquanto a China incentivou a entrada de empresas estrangeiras em seu território com o objetivo de tanto absorver sua tecnologia, mas principalmente fazer com que o valor de suas exportações aumentasse através da venda dos produtos de alto valor agregado dessas multinacionais, o Japão incentivou as empresas nacionais a comprarem a tecnologia estrangeira, a trazer técnicos de outros países, mas principalmente investindo em educação para que os seus próprios especialistas tivessem tal conhecimento.

Para incentivar tais investimentos em tecnologia bem como os investimentos em geral, a China incentivou a entrada de capital estrangeiro enquanto que o Japão fortaleceu o seu sistema bancário e criou sistemas de crédito visando o fomento da economia.

Em resumo, a China para acelerar a sua economia se baseou em uma maior aproximação com as relações internacionais enquanto o Japão fortaleceu suas estruturas internas e tentou ao máximo não depender de sua relação com outros países.

O relacionamento de cada país com os Estados Unidos também é um ponto de diferença entre cada modelo. O Japão mesmo depois do período de ocupação em que foi governado por um comandante norte-americano com base em preceitos estadunidenses teve o seu desenvolvimento econômico fortemente ligado a economia americana. Tal relação beneficiou bastante o país uma vez que os Estados Unidos já era a potência mundial e o Japão se colocou na posição de protegido e aprendiz de tal economia. Além disso, boa parte dos produtos japoneses era exportada diretamente para os Estados Unidos. No entanto, esta política também prejudicou de certa forma o país: um exemplo é a entrada do Japão na OMC que foi adiada por causa de suas relações diplomáticas, conforme explicado no capítulo I.

No caso da China, a relação entre os dois países sempre foi bastante conturbada por causa de, principalmente, dois motivos: o fato de a China ser um país essencialmente comunista e porque a relação sino-americana nunca foi de inferioridade ou a relação de um país em desenvolvimento com um país desenvolvido. A China em todos os momentos de sua relação com os Estados Unidos se colocou como igual, conforme fica bastante explícito na obra de Kissinger (2011).

Após essa análise inicial a diferença que fica mais evidente entre os modelos é o interesse no comércio exterior. O Japão em nenhum momento do período de seu Milagre Econômico tentou aumentar seu laço com outras nações, inclusive por causa de suas políticas extremamente protecionistas a relação com alguns países ficou extremamente desgastada. Somente após a Primeira Crise do Petróleo, em que o país percebeu que ganhara uma posição central na economia mundial, foi que o Japão começou a dar atenção às suas relações diplomáticas. No entanto, tais esforços nunca chegaram aos pés do que a China tem feito.

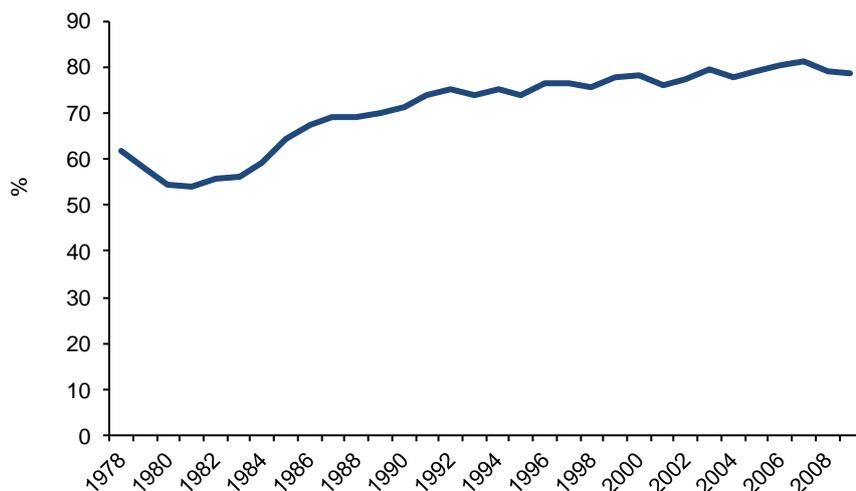
Por outro lado, a China desde sua Revolução Comunista tem se colocado em papel central nas políticas internacionais. No período da revolução o que se esperava era que o país se aliasse à URSS e, como outros países convertidos, se reportasse ao principal governo comunista. No entanto, desde esse momento Mao Zedong, o então, líder chinês, faz essa distinção e se posiciona como outro país. Hoje em dia, a China investe bastante nas suas relações com outros países da África e principalmente da Ásia conforme analisado no capítulo II.

Outro ponto de semelhança entre os modelos é a importação de petróleo, tanto no caso chinês como no japonês conforme a economia foi se desenvolvendo aumentou a necessidade de matéria-prima de fonte de energia. No entanto, esse ponto de semelhança não é uma característica somente destes dois países, uma vez que a principal fonte de energia em âmbito global é o petróleo.

Não podemos deixar de comentar que como foi a Primeira Crise de Petróleo uma das causas que desencadeou o fim do período de Milagre do Japão, esse aumento da demanda chinesa cria um ponto de alerta. No entanto, o que afetou a economia japonesa foi o enorme aumento do preço do petróleo em 70%, chegando a um preço em torno de US\$10/barril. A economia chinesa está adaptada ao preço do barril atual por volta de US\$100. Mesmo que o preço deste recurso volte a subir 70%, esta não é única fonte de energia e também não é a principal. Como podemos ver no gráfico abaixo, o carvão é ainda a principal fonte do país.

Durante o período de Milagre Econômico Chinês a geração de energia elétrica a partir do carvão representava mais de 55% do total, em 2009, esse valor passa para 79%.

Gráfico 19: Produção de Eletricidade na China a partir do carvão (% do total)



Fonte: Banco Mundial

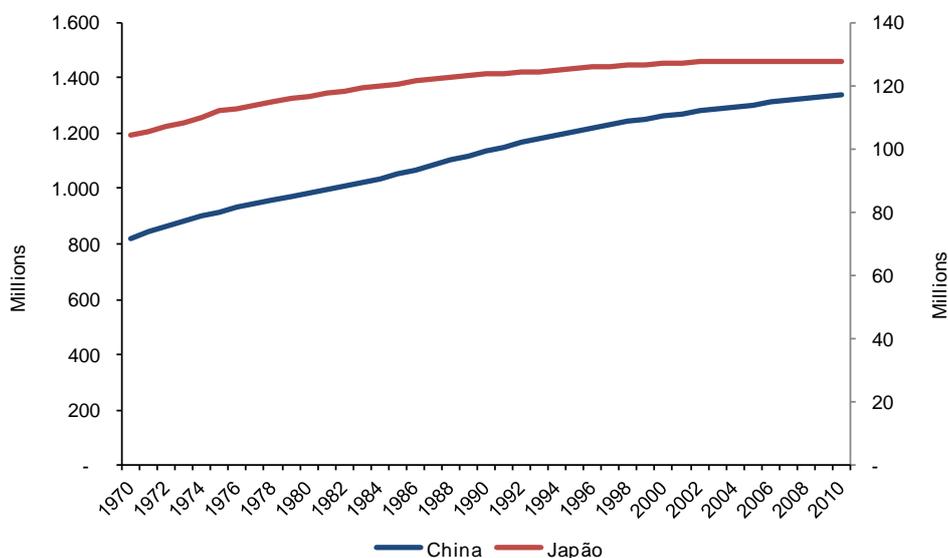
O rápido crescimento da economia de ambos os países também trouxe um problema comum, a inflação. Podemos considerar o combate à inflação um ponto de semelhança entre os casos. A economia chinesa até hoje adota medidas tentando conter a inflação que atingiu o nível de 6% na última crise.

A influência das relações laborais na produtividade de cada país também pode ser apontada como um ponto de semelhança. No entanto, a forma como tal variável influencia em cada caso é diferente.

No Japão, os trabalhadores são extremamente sindicalizados, portanto, o nível dos salários é alto. No entanto, a relação entre os trabalhadores, os gerentes e os donos das empresas é bastante forte ultrapassando a relação dos trabalhadores com o sindicato. Cada empregado tinha consciência, pelo menos na época do pós Segunda Guerra Mundial, que a produtividade das indústrias era essencial para o fortalecimento do país e visando este fim abriam mão de melhorias individuais.

No caso da China, não existem sindicatos fortes, as relações laborais influenciam fortemente o crescimento chinês por causa da quantidade de mão de obra disponível no país, o que baixa extremamente o nível dos salários. O tamanho da população chinesa é uma forte variável de ganho de competitividade dos produtos, enquanto que no Japão essa variável não é tão influente. Essa comparação fica evidente no gráfico abaixo em que podemos ver o crescimento da população chinesa e da população japonesa a partir de 1970 até hoje.

Gráfico 20: População total da China e do Japão



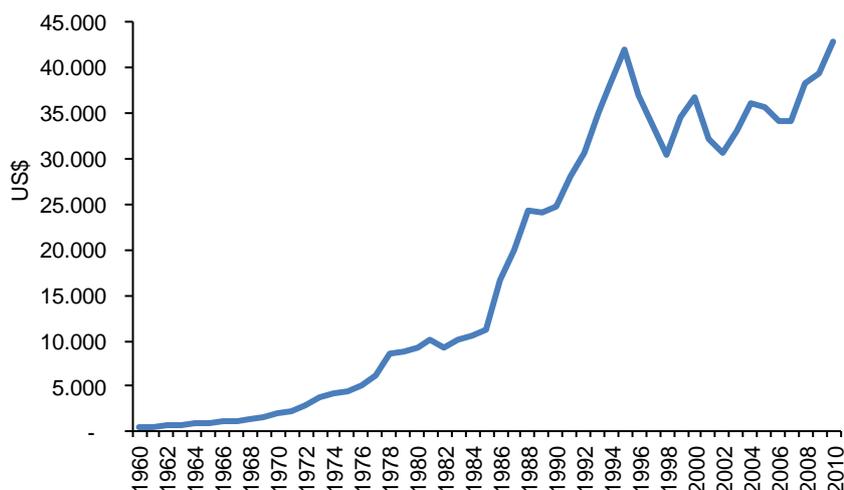
Fonte: Banco Mundial

Apesar de ambas as populações terem crescido nesses 40 anos, a população chinesa cresceu em média 60% enquanto que a do Japão apenas 22%. No entanto, já em 1970 a população da China era 13% maior do que a do Japão.

Conforme discutido no capítulo II, o Milagre da China nos últimos 34 anos além de ter desenvolvido bastante a economia do país e suas relações comerciais também melhorou muito a qualidade de vida da população. Tal consequência também é vista no caso japonês em que a população no final da Segunda Guerra Mundial estava vivendo em péssimas condições e na década de 80 viveu em um Japão extremamente influente e cotado para ultrapassar a potência mundial.

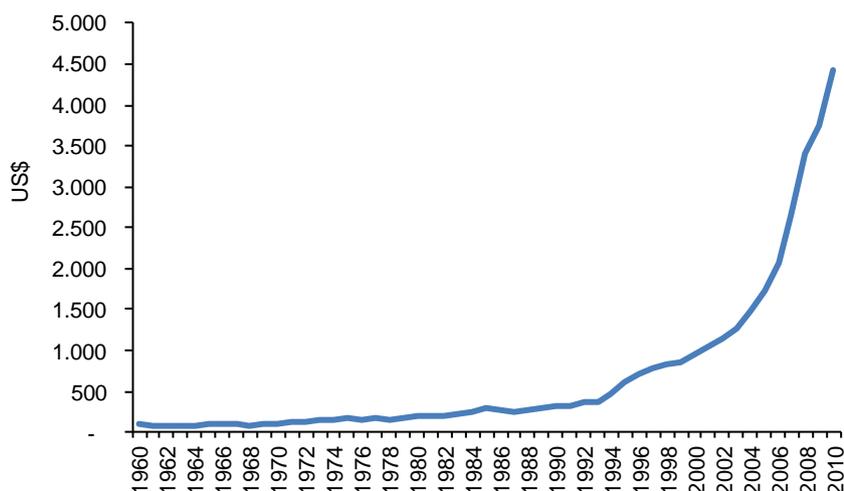
No entanto, a discrepância do tamanho das populações, conforme vimos no gráfico 19, nos faz questionar o quanto a população chinesa melhorou sua qualidade de vida quando comparada com a japonesa. Uma forma de comparar a melhora na qualidade de vida da população é visualizarmos o crescimento do PIB per capita, conforme podemos ver nos gráficos abaixo:

Gráfico 21: PIB per capita do Japão (em dólares constantes)



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 22: PIB per capita do China (em dólares constantes)



Fonte: Banco Mundial

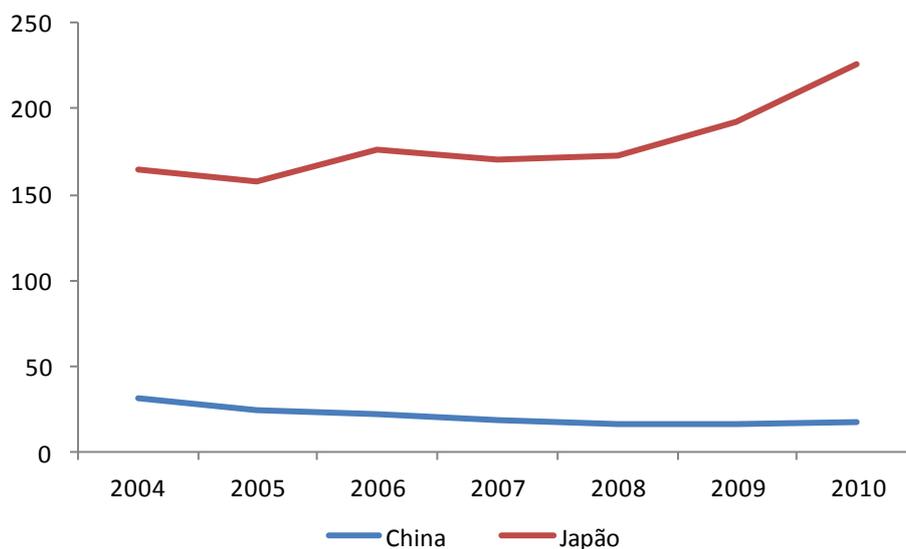
Apesar de o PIB da China ser, em 2010, de US\$ 5,9 trilhões, o primeiro ano em que a economia da China ultrapassou a do Japão com um PIB no mesmo ano de US\$5,45 trilhões, o PIB per capita do país no mesmo ano é de US\$4.428 enquanto que a do Japão é de US\$42.831. Durante o período do gráfico, de 1960 a 2010, em nenhum momento o PIB per capita da China ultrapassou o do Japão. Por outro lado, o PIB per capita da China nos últimos 10 anos (2000 a 2010) cresce anualmente a uma taxa de 16% a.a. enquanto que a do Japão durante esse período foi de 2% a.a.

A poupança também pode ser considerada uma força motriz comum entre os dois casos. No entanto, como no caso das relações laborais, as características de tal política em cada modelo são diferentes. No Japão, a população tem como hábito poupar, apesar dos incentivos ao aumento do consumo interno o povo japonês poupa boa parte de sua renda. Na China, devido à falta de assistência dada pelo governo a população chinesa é obrigada a poupar para se precaver de alguma necessidade, conforme explicado no capítulo II.

A última diferença que podemos apontar entre os dois casos é o endividamento público. Conforme analisamos nos capítulos anteriores o nível de endividamento chinês apesar de ter aumentado nos últimos 34 anos é bem menor do que outros países como Estados Unidos, Inglaterra e França. A China financiou o seu desenvolvimento a partir de investimento estrangeiro, entrada de capital das multinacionais que se estabeleceram no seu território.

Por outro lado, conforme já abordamos nesse capítulo o Japão financiou o seu desenvolvimento a partir de bancos de fomento nacionais, ou seja, com o dinheiro público. Dessa forma, conforme fica evidente no gráfico abaixo o nível de endividamento do governo japonês é maior do que o chinês.

Gráfico 23: Dívida Pública (% do PIB)



Fonte: CIA World Factbook

Apesar dos dados serem de 2004, período em que o Milagre Econômico Japonês já havia acabado há 32 anos, podemos ver a diferença entre o endividamento dos dois

países, enquanto o Japão já apresentava um endividamento de 160% do PIB, o da China é de apenas 30%.

Nesse capítulo analisamos o que os modelos do Milagre Econômico Chinês e do Milagre Econômico Japonês tem em comum e quais são suas diferenças.

Nessa análise pudemos perceber que os dois casos adotaram diversas políticas semelhantes como a exportação, absorção da tecnologia de outros países, desvalorização da moeda e nível de poupança. No entanto como essas medidas foram adotadas são os principais e mais importantes pontos de diferença.

A China adotou uma política voltada e dependente de relações com outros países. Por outro lado, o país não depende tanto dos recursos desses países, posição exatamente oposta do Japão. Este, durante o seu período de Milagre Econômico voltou-se principalmente para suas relações internas, mas por causa de suas limitações geográficas a economia dependia fortemente dos recursos importados.

Na próxima seção iremos analisar quais os fatores que os especialistas acreditam que influenciam o futuro do Milagre da China. Essa seção não visa fazer uma previsão assertiva sobre o futuro da economia chinesa, apenas tem como objetivo o debate sobre quais fatores podem influenciar o futuro do desenvolvimento chinês.

### **III.2. Os próximos passos da China**

A economia da China está crescendo, em média, 10% a.a. durante 34 anos, esse forte desenvolvimento já passou por diversas crises como a Segunda Crise do Petróleo de 1979, a Crise do Japão de 1990, a crise Financeira da Ásia de 1997/1998, a Crise Financeira Russa de 1998 e a última Crise Econômica Mundial de 2008. Em todos esses casos a economia da China superou as influências sofridas e continuou com um alto nível de desempenho.

No entanto, nesse último ano de 2012, a economia chinesa vem apresentando dados de fraqueza, o setor industrial não está mais reagindo da mesma forma, os instrumentos que o governo pode usar para mudar essa situação não são mais tão flexíveis e mesmo o governo já não pode mais agir da forma autoritária que podia outrora. Essa situação nos coloca a questionar quais são os pontos fracos da economia chinesa.

Para Nonnenberg (2010), é bastante provável que a China cresça à mesma média observada nas últimas três décadas uma vez que ainda existem políticas de promoção da economia que não estão sendo usadas.

O autor argumenta que como o crescimento chinês está baseado principalmente em investimentos públicos voltados para os setores de construção civil, ainda existe uma grande capacidade ociosa das indústrias e dos serviços que caso passem a ser o foco dos investimentos governamentais podem promover a permanência do crescimento econômico.

A demanda interna é outra forma de incentivar a economia chinesa, o alto nível de poupança da população que, segundo Nonnenberg (2010), é maior do que os investimentos, é uma evidencia de que a população chinesa tem capacidade de consumir mais do que está fazendo. O governo chinês, caso utilize essa ferramenta para a promoção do crescimento, pode adotar políticas de incentivo ao consumo, conforme outros países fazem, como redução de impostos e aumento do crédito.

No entanto, segundo o que analisamos no capítulo II, a razão pela qual os chineses têm um alto nível de poupança é a falta de assistência básica pública como saúde e previdência. Nesse caso, antes de incentivar o consumo, o governo deve fornecer tais serviços de modo que acabe com a necessidade dos chineses pagarem por estes privados. Segundo Nonnenberg (2010), o governo chinês já está ampliando os seus gastos nesses setores visando exatamente o aumento do consumo interno.

Além disso, conforme analisado no capítulo II, o nível de renda da população chinesa está crescendo, a classe alta já está ficando mais numerosa. Isso fica evidenciado com o número de marcas consideradas de luxo que além de terem levado suas produções para os territórios chineses agora estão prestando mais atenção ao mercado chinês. Somando a retirada da necessidade de poupança com incentivo ao consumo fornecido pelo governo, o aumento da renda da população, e o tamanho da população chinesa, o consumo do mercado interno chinês é uma variável bastante útil para o incentivo tanto da própria economia chinesa como de outras economias.

Para Nonnenberg (2010), os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento incentivados pelo governo chinês ao longo desses 34 anos de Milagre também podem ser considerados como outra razão para que o alto nível de crescimento chinês permaneça. Para o autor, a capacidade de inovação dos produtos chineses é alta, o que é uma fonte essencial para o crescimento.

Além disso, o aumento do número de pessoas com ensino superior voltado principalmente para as áreas científicas e tecnológicas é uma forma de garantir a permanência desse poder de inovação no futuro.

O investimento em inovação e tecnologia tem uma relação direta com o aumento das exportações já que produtos melhores e inovadores são mais competitivos. Nonnenberg (2010) comenta que o esforço chinês de desenvolver marcas próprias também é bastante importante para o aumento das exportações.

O papel da moeda chinesa pode ser considerado outro forte gerador de crescimento. A economia chinesa tem cada vez um papel mais importante e central na economia mundial. Especialistas comentam que a China é uma grande ameaça para a economia americana no papel de potência mundial, mas e a moeda chinesa? Será que ela poderia substituir o dólar? Nonnenberg (2010) comenta na passagem abaixo o interesse do governo chinês de aumentar o papel de sua moeda.

*“Um outro aspecto refere-se ao papel do renminbi nas finanças internacionais. A China vem se mostrando cada vez mais interessada em ampliar o papel da sua moeda no cenário internacional. Recentemente, o presidente do Banco Central da China lançou a ideia de que o dólar deixe de ser a moeda de reserva internacional para ser substituído por outra moeda, dissociada de países individuais, e que possa permanecer estável a longo prazo. Para alcançar esse objetivo, é preciso aumentar ainda mais a circulação da moeda chinesa na economia global. Portanto, seria necessário que a China ampliasse a liberalização da sua conta capital, estimulando os investimentos chineses no exterior, tanto sob a forma de investimentos diretos como investimentos em carteira. É bem verdade que a participação da China no comércio internacional é cada vez maior, alcançando, em 2008, cerca de 8% dos fluxos totais, que se compara com 11% dos Estados Unidos.” (Nonnenberg, 2010)*

As políticas que podem promover a permanência do alto nível de desenvolvimento, descritas acima, estão muito ligadas àquelas estudadas no capítulo II, as forças motrizes. Dessa forma, não existem novas políticas que o governo chinês pode promover para que sua economia cresça aos mesmos níveis, o que pode ser adotado é o desenvolvimento dessas variáveis, sua expansão e principalmente a atenção do governo central a cada fragilidade da economia.

Apesar dos motivos apresentados acima nos influenciaram a acreditar que a China ainda tem um longo caminho pela frente com um crescimento ao mesmo nível daquele apresentado nos últimos 34 anos, não podemos afirmar isso. Existem diversos fatores que são incontornáveis e que podem fazer com que a China tenha um pouso turbulento. Pesek (2004) aponta o número de empréstimos não quitados que afligem os bancos

chineses e a políticas das províncias que estão saindo do controle do Estado Central como pontos de atenção.

## Conclusão

Neste trabalho analisamos quais políticas adotadas pelo governo chinês e japonês promoveram os Milagres Econômicos de cada país. O objetivo deste trabalho foi analisar quais as políticas comuns adotadas em cada caso e quais foram as diferenças e assim, observar quais aspectos podem levar o Milagre Chinês a ter um final diferente do japonês que, após a Primeira Crise do Petróleo, acabou.

Durante o trabalho percebemos que as políticas adotadas em cada caso, que viabilizaram o rápido crescimento dos países, são extremamente parecidas, talvez, com exceção do interesse na participação das relações internacionais. No entanto o Japão, que inicialmente não tinha tanto interesse em abrir suas fronteiras, devido ao aumento da sua importância econômica no mundo, se viu “obrigado” a entrar nas políticas internacionais.

Na verdade, o que realmente diferencia a experiência vivida pelos dois países é o espaço de desenvolvimento das políticas adotadas. A economia chinesa ainda possui diversas áreas que não foram exploradas e que ainda podem ser desenvolvidas, como sua promotora demanda interna.

Além disso, podemos concluir, baseado nos capítulos II e III, que o “Dragão” está ganhando força econômica em um momento em que os países centrais, Estados Unidos, União Europeia e Japão, estão passando por momentos de dificuldade. Há, portanto, um espaço para outro país ganhar importância no cenário mundial. Essa mudança da hierarquia internacional já é bastante evidente pelo fato de a China ser credora do mundo e principalmente dos Estados Unidos.

Assim sendo, pode-se concluir que a China tem muita capacidade e meios para continuar apresentando altas taxas de crescimento, a economia do país ainda tem muito espaço para se desenvolver. No entanto, como existem aspectos que não podemos prever: quais políticas o governo da China e de outros países irão adotar, quais bolhas estão pela frente entre outras políticas, não podemos concluir que o Milagre Econômico Chinês permanecerá por muitos anos.

Como observado no capítulo III, mesmo que a China pare de crescer a uma taxa acima de 10% a.a. sua economia ainda tem muito a se desenvolver e formas de fazê-lo. Além disso, o país já tem um papel central na economia mundial e da Ásia de forma que seu comércio permaneça aquecido.

## **Referências Bibliográficas**

- Altemani, Henrique . **China: Perspectivas e Desafios**. In: FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão - MRE. (Org.). Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI: O Brasil no mundo que vem aí. Seminário China. Brasília: Editora da FUNAG, 2008, v. 1, p. 375-401.
- AMARAL, João Luiz do. **Os vetores do crescimento da China**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 20 julho 2005.
- Cardoso, Marja e Ramos, Clarissa. **O sabor revolucionário da China contemporânea**. Grandes Processos Século XX. Rio de Janeiro, 2011
- Davis, Bob e Orik, Tom. **China tem opções limitadas para estimular crescimento**. The Wall Street Journal. Tradução Valor Econômico, Pequim, 2012
- De Oliveira, Amaury Porto. **Governando a China: A quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização**. Revista Brasileira de Política Internacional, julho-dezembro. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.
- De Oliveira, Giuliano Contento; Maia, Geraldo; Mariano, Jefferson. **O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo**. São Paulo, 2008
- Diegues, Antonio Carlos e Angeli, Eduardo. **A China e o desenvolvimento através de exportações industriais**. São Paulo, 2011
- Eto, Jun. **Uma nação renascida: Breve história do Japão pós-guerra**. Rio de Janeiro: Consulado geral do Rio de Janeiro, 1976.
- FILIPPI, Eduardo. Ernesto. **Experiências internacionais de reforma agrária: entre socialismo e populismo?**. In: Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante; Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. (Org.). Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008, v. 11, p. 88-110.

- Kissinger, Henry. **Sobre a China**. Tradução Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011
- Manuel, Castells, **A Era da Informação**. Vol 3, Fim de Milênio. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- Marques, Eliana. **O Milagre Econômico da China: Paralelo entre o crescimento brasileiro e o chinês**. São Paulo: Saint Paul, 2009.
- Martins, Jayme. **Na China da Era Deng, Não Importa a Cor do Gato**. São Paulo: NACI/PUCSP, 2005
- Moraes, Antônio Luiz Machado. **A liberalização Econômica da China e sua Importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro**. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, 2004
- Nakamura, Takafusa. **Desenvolvimento Económico do Japão Moderno: de uma país feudalista, baseado na agricultura, nos anos de 1850, até segundo no mundo livre, em termos de PNB, nos anos oitenta, o que tornou possível este crescimento constante**. Japão: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1985.
- Nonnenberg, Marcelo José Braga. **China: Estabilidade e crescimento Econômico**. Revista de Economia Política, 2010.
- Neto, Monteiro Aristides. **Dilema do desenvolvimento na China: Crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução Comunista à Globalização)**. BNDES. Rio de Janeiro, 2005
- Nunes, Gabel Pinto. **A ética Samurai no Japão Meiji**. Revista Gama On – Revista Eletronica de Ética e Filosofia, UGF, 2011
- Pesek Jr, William. **Problemas do crescimento na China**. São Paulo: Valor Econômico, 18 de agosto de 2004 JEL:F

SANTISO, Javier. **China e América Latina além da crise**. Valor Econômico, São Paulo, 05 mar. 2009. Opinião

Shenkar, Oded. **O século da China: a ascensão chinesa e o seu impacto sobre a economia mundial, o equilíbrio do poder e o (des)emprego de todos nós**. Porto Alegre: Bookman, 2005

Sukup, Viktror. **A China frente à globalização: desafios e oportunidades**. Ver. Bras. Polít. Int. 45 (2): 82 -113, 2002

Torres Filho, Ernani Teixeira. **A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa**. Revista da Economia Política, vol. 17, n 1 (65), janeiro-março, 1997

Torres Filho, Ernani Teixeira. **Japão: Características Estruturais da Crise Econômica Atual**. Texto apresentado no Seminário sobre o Japão, Rio de Janeiro: Dezembro, 2000.

Uehara, Alexandre Ratsuo. **A política externa do japão no final do século XX: o que faltou?**. São Paulo: Annablume: Fundação Japão, 2003.

Yamashiro, José. **Japão Passado e presente**

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>

<http://data.worldbank.org/country>

<http://www.stat.go.jp/english/data/chouki/index.htm>